

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Populismo nos programas eleitorais dos partidos portugueses para as legislativas de 2019: uma questão de grau?

António Luís Rodrigues Martins Nunes do Valle

Mestrado em Ciência Política

Orientadores:

Doutora Ana Maria Belchior, Professora Associada,
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Doutor José Santana Pereira, Professor Auxiliar,
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

novembro, 2020



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Populismo nos programas eleitorais dos partidos portugueses para as
legislativas de 2019: uma questão de grau?**

António Luís Rodrigues Martins Nunes do Valle

Mestrado em Ciência Política

Orientadores:

Doutora Ana Maria Belchior, Professora Associada,
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Doutor José Santana Pereira, Professor Auxiliar,
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

novembro, 2020

Agradecimentos

Um vírus tem feito repensar todas as relações sociais. Não deixa de ser curioso que o tema desta investigação tenha uma componente viral. O populismo é visto por alguns como um vírus que condiciona e altera os sistemas políticos. Numa época de confinamento diríamos que o contexto era profícuo à realização de uma tese que por si só exige algum isolamento. Mas não fosse a capacidade de compreensão da minha família, esta tese não veria a luz do dia. Ficar em casa trouxe novos desafios intelectuais e exigências ao nível de organização para dar resposta a tantas responsabilidades que se revelaram ao mesmo tempo.

O meu principal agradecimento vai para a Daniela, para a Francisca e para o Rodrigo. A minha esposa e os meus filhos que, ao longo de tantos meses, tiveram o marido e o pai muitas vezes ausente, ainda que em casa. Foram meses de grande ansiedade e com momentos de vontade de desistir, mas graças ao vosso amor e à vossa compreensão consegui ultrapassar essas fases. Obrigado pela paciência e pelo grande apoio que sempre me deram. Esta tese também é vossa. Foram uma inspiração constante. Obrigado!

Agradeço aos meus orientadores, a Professora Ana Belchior e o Professor José Santana Pereira. Apesar do distanciamento imposto estiveram sempre disponíveis e prontos a responder às dúvidas que me iam surgindo em cada fase do trabalho. Saio deste período ainda mais enriquecido com os conhecimentos que me transmitiram, tanto na elaboração da tese como nas aulas a que tive o privilégio de assistir. Muito obrigado.

Resumo

Portugal tem sido apontado como um caso de exceção em relação à ascensão do populismo. A presente dissertação pretende avaliar até que ponto esse excecionalismo português atualmente se confirma. Dando continuidade ao estudo de Lisi e Borghetto (2019), é feita uma análise de conteúdo dos programas eleitorais dos partidos políticos portugueses que elegeram deputados à Assembleia da República (AR) nas eleições de 2019. As variáveis em análise são o povo-centrismo, o anti elitismo e a recuperação da soberania popular, sendo adotado o conceito ideacional de populismo. A presente investigação é pertinente na medida em que é a primeira vez que se inclui no universo de análise um partido rotulado como populista da nova direita radical, o CHEGA. Os resultados revelam uma presença permanente, mas modesta, residual em alguns casos, de populismo nos discursos programáticos dos partidos políticos portugueses. Os dados indicam um maior grau de populismo utilizado pelos partidos da esquerda radical. O LIVRE e o Partido Comunista Português (PCP) são os que mais recorrem à retórica populista. O anti elitismo é o atributo mais utilizado pela maior parte dos partidos e o LIVRE sobressai ainda por ser o que mais apela à recuperação da soberania popular. Na mesma linha do estudo de Lisi e Borghetto (2019), os resultados alcançados parecem contrariar o mito da ausência de populismo em Portugal.

Palavras-chave: Portugal, populismo, partidos políticos, programas eleitorais, eleições legislativas 2019

Abstract

Portugal has been pointed out as an exceptional case in relation to the rise of populism. The present dissertation intends to evaluate the extent to which this Portuguese exceptionalism is confirmed. Extending Lisi and Borghetto's 2019 study, a content analysis of the election manifestos of the Portuguese political parties that elected members of parliament in the 2019 legislative elections was carried out. The variables of interest are people-centrism, anti-elitism and recovery of popular sovereignty, within the frame of the ideational concept of populism. The present investigation is relevant since it is the first time that a party labelled as populist of the new radical right, CHEGA, has been included in the universe of analysis. The results show a permanent presence but modest, residual in some cases, of populism in Portuguese political parties. The data reveal a higher degree of populism used by the parties of the radical left. LIVRE and Partido Comunista Português (PCP) are the ones that most resort to populist rhetoric. Anti-elitism is the attribute most used by most parties while LIVRE stands out for being the one that most calls for the recovery of popular sovereignty. In line with the study by Lisi and Borghetto (2019), the results achieved seem to contradict the myth of the absence of populism in Portugal.

Keywords: Portugal, populism, political parties, election manifestos, parliamentary elections 2019

Índice geral

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – POPULISMO: CONCEITOS, ESTUDOS EMPÍRICOS, RELAÇÃO COM A DEMOCRACIA E O CASO PORTUGUÊS	5
1.1. Conceptualização de populismo: a objetividade possível num mínimo denominador comum	5
1.2. A diversidade e disponibilidade do populismo: das suas origens aos dias de hoje	8
1.3. Implicações do crescimento do populismo no sistema democrático	11
1.4. Partidos populistas e sua prevalência nos sistemas político-partidários europeus contemporâneos	14
1.5. Populismo em Portugal	15
CAPÍTULO II – OBJETIVOS, HIPÓTESES E MÉTODO	21
2.1. Objetivos	21
2.2. Hipóteses de investigação	22
2.3. Método	25
2.4. Operacionalização	25
CAPÍTULO III – RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO	29
3.1. Atributos populistas nos discursos programáticos: prevalência e grau	29
3.2. O populismo no sistema político-partidário português: Teste das hipóteses	32
3.3. Síntese dos resultados	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

Índice de Quadros e Figuras

Quadro 1 – Operacionalização dos conceitos	27
Figura 1 - Número de parágrafos analisados por partido	28
Figura 2 - Prevalência dos atributos populistas nos parágrafos identificados como contendo discurso populista (N= 171)	29
Figura 3 - Percentagem de parágrafos populistas nos manifestos dos partidos portugueses com representação parlamentar em Outubro de 2019 (%)	30
Quadro 2 - Presença dos três atributos populistas analisados por partido (%)	31
Quadro 3 - Comparação longitudinal e interpartidária entre as legislativas de 1995 a 2019 (%)	32

Glossário de Siglas

AR Assembleia da República

BE Bloco de Esquerda

IL Iniciativa Liberal

PàF Portugal à Frente

PAN Pessoas- Animais -Natureza

PEV Partido Ecologista “Os Verdes”

PCP Partido Comunista Português

PS Partido Socialista

PSD Partido Social Democrata

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o populismo tem sido apresentado na literatura como um fenómeno político impreciso, moldável, incerto, oportunista e, conseqüentemente, desafiante. Estas características revelam-se na ascensão que o populismo tem vindo a ter um pouco por todo o mundo e, em especial, na Europa. A Espanha, com o Podemos que hoje ocupa a vice-presidência do governo espanhol, a Grécia em que o Syriza governou o país entre 2015 e 2019, a Hungria onde Viktor Orbán é primeiro-ministro desde 2010, ou o Reino Unido com o fenómeno do Brexit, são exemplos de uma ascensão e influência crescente do fenómeno populista nos mais variados sistemas partidários. O populismo tem vindo a demonstrar a sua característica oportunista colocando em causa, sob a égide da superioridade moral, muitos dos conceitos democráticos que até hoje se consideravam invioláveis (Acemoglu, Egorov e Sonin, 2011; Urbinati, 2013; Diamond, 2015; Aslanidis, 2017; Mounk, 2019).

O facto de o populismo ser um tema constante no debate político e democrático não significa por si só um maior ou melhor conhecimento do fenómeno. A literatura tem alertado que o uso excessivo do termo pode, por um lado, contribuir para a normalização ou banalização do fenómeno e, por outro lado, lançar um véu sobre partidos que recorrendo à retórica populista escapam a esse rótulo (Taguieff, 1995; Di Tella, 1997; Arditi, 2003). A presente pesquisa visa trazer alguma clarificação a este debate, suportando-se no estudo do caso português. Os objetivos a investigar são: verificar a existência de atributos populistas nos discursos programáticos dos partidos políticos portugueses que elegeram deputados à AR em 2019 e, a existirem, determinar o grau de populismo e que partidos recorrem mais a essa retórica.

Excepcionalismo, ausência, oásis: o retrato que tem sido feito sobre a expressão do populismo no sistema partidário português no período democrático tem sido caracterizado por estes termos. Apesar de, em Portugal, este fenómeno não ter sido alvo de muitas e profundas investigações académicas, as que existem tendem a contrariar as ondas populistas que se têm verificado ao longo das últimas décadas um pouco por todo o mundo (Hernandez e Kriesi, 2014; Gómez-Reino e Plaza, 2016; Salgado e Zúquete, 2017; Silva e Salgado, 2018; Lisi e Borghetto, 2019; Lisi, Llamazares e Tsakatika, 2019; Meijers e Zaslove, 2020). O último trabalho que coloca em causa a ideia do excepcionalismo português em relação ao populismo é o de Lisi e Borghetto (2019). Os dois autores apresentam uma análise longitudinal e interpartidária com início nas eleições legislativas de 1995 e fim nas eleições de 2015, tendo analisado os programas eleitorais dos partidos políticos portugueses de forma a verificar a presença ou não de atributos populistas, num momento em que a direita radical ainda não tinha representação parlamentar em Portugal.

O sistema partidário português é apresentado como um caso de resistência a novos atores políticos e, em especial, de ausência de uma retórica populista. Prevalece na literatura a ideia de que Portugal e os partidos *mainstream* não têm sido ameaçados pelo fenómeno populista (Hernandez e Kriesi, 2014;

Salgado e Zúquete, 2017; Hawkins e Rovira Kaltwasser, 2017b; Silva e Salgado, 2018; Costa Lobo, 2019; Lisi e Borghetto, 2019). A resiliência do sistema partidário português parece ser um dos eixos que justifica a alegada ausência de um populismo presente e proeminente em Portugal.

Se em 2015 se assiste a uma tímida mudança na representação parlamentar, os resultados das eleições legislativas de 2019 acentuam a relevância de voltar a estudar o fenómeno do populismo em Portugal. Com a entrada de três novos partidos (Iniciativa Liberal (IL), CHEGA e LIVRE) para a AR questiona-se até que ponto a retórica populista teve relevância nestas eleições e se estes novos partidos trazem realmente consigo uma maior carga populista do que os partidos que já tinham eleito deputados no passado. Esta questão torna-se relevante uma vez que grande parte dos estudos anteriores parecem ter desvalorizado outras dimensões e atributos populistas que vão muito além do sucesso ou insucesso eleitoral de forças políticas explicitamente populistas.

Os estudos sobre Portugal parecem desvalorizar a baixa densidade ideológica que permite ao populismo apresentar uma plasticidade e uma característica hospedeira identificada por Pappas (2016) e Hawkins e Rovira Kaltwasser (2017). Se por um lado prevalecem questões de desempenho eleitoral, pelo facto de até 2019 nenhum partido de extrema-direita ter alcançado representatividade parlamentar, assim como questões sociais, económicas, políticas e mediáticas que têm sustentado essa alegada ausência, por outro lado não é menos relevante a análise de Lisi e Borghetto (2019) que diz que uma retórica populista em Portugal tem estado presente nos discursos programáticos dos partidos políticos portugueses, com maior incidência em partidos definidos como de esquerda radical (Freire e March, 2012). Os resultados de Lisi e Borghetto (2019), apoiados na análise dos programas eleitorais entre 1995 e 2015, mostram que a média de populismo dos partidos *mainstream* (PS, PSD e CDS) não aumenta com o tempo e é sempre inferior a três por cento de cada programa eleitoral. Em contraste, a média de parágrafos populistas nos programas eleitorais do BE e do PCP sobe de uma média de 3,4 por cento (de 1995 a 2009) para 23,6 por cento em 2011. Em 2015 o BE reduziu substancialmente os seus apelos populistas para 4,3 por cento e o PCP diminuiu moderadamente para 18,6 por cento.

Duas outras abordagens parecem também contribuir para as conclusões de um excecionalismo português em relação à ascensão do populismo: por um lado, a tendência do debate na esfera pública tem sido para abordar o populismo como uma questão dicotómica – ou é, ou não é – em vez de uma questão de grau. Por outro lado, a tendência para associar cada vez mais o fenómeno populista à extrema-direita. Esta hipótese ganha maior relevância em Portugal tendo em conta o impacto da eleição, em 2019, de um deputado de um partido populista da nova direita radical (Marchi, 2020), o CHEGA. Esta novidade relançou o interesse académico em torno do populismo em Portugal e voltou a colocar a tónica na natureza ideológica deste fenómeno ao acentuar-se a ideia de que o populismo é um exclusivo da direita. O que, como veremos, a história do populismo demonstra ser uma conclusão enviesada.

A presente pesquisa pretende complementar empiricamente a de Lisi e Borghetto (2019). Como adotado por estes autores, a pesquisa suporta-se na definição ideacional de populismo, da autoria de Mudde (2004) e que vários outros autores adotaram. Esta definição considera “a sociedade, em última

análise, separada em dois grupos homogêneos e antagônicos, ‘as pessoas puras’ versus ‘a elite corrupta’, e que argumenta que a política deve ser uma expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo” (2004, p. 543, tradução própria). Salientam-se aqui os três conceitos nucleares de populismo usados nesta investigação para operacionalizar a presença da retórica populista nos discursos programáticos dos partidos políticos portugueses: o povo-centrismo, o anti elitismo e a soberania popular.

Esta dissertação está organizada em quatro grandes capítulos. O primeiro capítulo é dedicado ao estado da arte. Começa por ser apresentado o desafio de alcançar um conceito único para o fenómeno do populismo e a importância de encontrar um mínimo denominador comum que permita dar alguma robustez a um fenómeno tão maleável. Em seguida, são apresentados os contributos clássicos e contemporâneos mais relevantes que contribuem para uma clarificação deste fenómeno. Ainda no Capítulo I serão reveladas as implicações do crescimento do populismo na democracia liberal e também a prevalência de partidos com características populistas nos sistemas partidários europeus. Este capítulo termina com uma descrição sobre o populismo em Portugal e as conclusões que têm predominado nos escassos estudos realizados até hoje. No segundo capítulo são explicados os objetivos da presente tese, as hipóteses que se pretendem testar, bem como a análise de conteúdo que foi desenvolvida, a operacionalização e a metodologia. No capítulo seguinte é feita uma análise e discussão dos resultados alcançados. Aqui revelam-se os atributos populistas identificados nos discursos programáticos, sua prevalência e grau, e apresenta-se uma tabela comparativa entre os dados deste caso com os reportados por Lisi e Borghetto (2019). São também apresentados os resultados dos testes das hipóteses. A presente dissertação termina com as considerações finais onde se discutem as implicações dos resultados alcançados no estudo do fenómeno do populismo em Portugal e se deixam pistas para estudos futuros.

CAPÍTULO I – Populismo: conceitos, estudos empíricos, relação com a democracia e o caso português

De forma mais ou menos presente, com maior ou menor relevância nos sistemas partidários, o populismo tem marcado a história política das últimas décadas. Este capítulo pretende sintetizar essa história, sistematizando os principais contributos da literatura sobre o fenómeno. Inicia-se revelando o grande desafio académico que se tem colocado: identificar um conceito único de populismo, discussão que remonta, pelo menos, à década de 60. Seguidamente são abordados os aspetos históricos mais relevantes que poderão contribuir para a clarificação das origens do fenómeno do populismo e, assim, perceber o mesmo nos dias de hoje e as suas múltiplas faces. De seguida são elencadas as implicações do crescimento do populismo nas democracias liberais, algo que, à semelhança do conceito de populismo, tem animado o debate académico e político. Após estes três subcapítulos, será apresentada uma exposição sobre partidos que revelam características populistas e a sua prevalência nos sistemas partidários europeus. De seguida são revistos os contributos da literatura sobre o populismo em Portugal, a sua evolução e a presença da retórica populista no sistema partidário português

1.1. Conceptualização de populismo: a objetividade possível num mínimo denominador comum

A confusão conceptual em torno do fenómeno do populismo tem marcado a história académica do termo. Facto que tem contribuído para a dificuldade em perceber como se move no espectro partidário e a que fenómenos políticos e sociais está associado. A identificação de um conceito único de populismo tem sido tão desafiante que se tornou quase utópico alcançá-lo. É possível identificar atributos mínimos, como será exposto mais à frente, mas, como afirma Mudde (2004), definir o populismo é definir o indefinível.

Autores como Gidron e Bonikowski (2013) apontam a natureza multifacetada deste fenómeno, o que contribui para a dificuldade em consensualizar uma definição única. Esta é a primeira revelação que aqui se traduz de populismo: o seu carácter hospedeiro, no sentido em que se pode aliar a qualquer orientação política e a qualquer ideologia (Hawkins e Rovira Kaltwasser, 2017). De forma a atenuar esta plasticidade, a literatura tem procurado identificar um mínimo denominador comum, três ou quatro elementos nucleares que tornem o conceito mais robusto (Rooduijn, 2014; Woods, 2014; Pappas, 2016). Assim, pretende-se apertar a malha o mais possível, quer para que partidos verdadeiramente populistas não escapem aos radares das pesquisas, como aconteceu por exemplo, durante vários anos, com o Movimento Socialista Pan-helénico da Grécia (*Πανελλήνιο Σοσιαλιστικό Κίνημα*, PASOK), quer para que o uso excessivo do termo não faça com que ele seja aplicado a quase todos os políticos capazes de vencer eleições (Di Tella, 1997). Apesar dos esforços para encontrar essas características mínimas, são

várias as definições apresentadas na literatura, colocando a tónica em aspetos diversos, como o apelo ao povo e a hostilidade em relação às elites, o estilo retórico ou o discurso maniqueísta, entre outros.

A literatura começa por enfatizar a amplitude da atuação populista. Esta evidencia uma substancial capacidade de manipular uma grande variedade de material simbólico e de se enraizar em várias posições ideológicas diferentes (Taguieff, 1997). Reconhece aos políticos populistas uma habilidade de apelo direto ao povo como instrumento político, sem necessariamente estar endossado a objetivos e métodos da participação política popular. Esta ampla definição abrange líderes tão diversos como Mussolini, Hitler, de Gaulle, Perón, o senador McCarthy, Fidel Castro ou Le Pen. Todos eles, na avaliação de Taguieff (1997), procuraram organizar o *povo* como uma força oposta a um poder supostamente estabelecido. Esta diversidade de líderes populistas reforça a ideia de compatibilidade do populismo com qualquer ideologia ou atuação política e revela a baixa densidade ideológica do fenómeno (Mudde, 2004).

Vários autores apresentam o populismo enquanto estilo (por exemplo: Hofstadter, 1966; Canovan, 1999; Jagers e Walgrave 2007). Em 1966, Hofstadter advoga o populismo como estilo paranóico centrado na ideia de perseguição, em que o mundo é visto de forma hostil e conspirativa. O moralismo, o altruísmo e o patriotismo são atributos que o autor identifica, refletidos em sentimentos de justiça e de indignação moral. A hostilidade contra a *elite*, contra o *vilão*, está sempre presente e é através do estilo que o populismo expressa as suas convicções, relevando a verdade ou a mentira das ideias. Três décadas mais tarde, Canovan (1999) salienta também a hostilidade do populismo em relação às estruturas estabelecidas de poder, das ideias e dos valores dominantes da sociedade, em prol do *povo*. Conclui que os apelos populistas são caracteristicamente expressos num estilo redentor, no sentido em que as pessoas são a única fonte, a única autoridade legítima, “o soberano democrático” (1999, p. 4, tradução própria). A importância da vontade popular e da soberania do povo são salientadas por Jagers e Walgrave (2007) que relevam que toda a atuação populista é sustentada na proximidade com o *povo* que se traduz no lema “eu ouço-o porque falo sobre si” (2007, p.4, tradução própria). Para estes autores, é na forma como os atores políticos falam sobre e para as pessoas que se identifica a atuação populista, em que prevalece o estilo comunicacional. Nesta conceptualização, não é o conteúdo das ideias que mais se valoriza, mas sim o significado que os populistas lhes dão.

Outro dos entendimentos sobre populismo é enquanto discurso. Aqui prevalece a característica maniqueísta que identifica o *bem* com uma vontade unificada do *povo* e o *mal* com uma *elite* conspiradora, atribuindo uma dimensão moral a tudo. Sustenta-se numa “luta cósmica entre o bem e o mal” (Hawkins, 2009, p. 4, tradução própria). Esta aceção de populismo enquanto discurso, por um lado, torna mais eficaz a identificação dos aspetos cognitivos da mensagem populista e, por outro, fornece uma sólida estrutura metodológica para a pesquisa empírica (Aslanidis, 2016). Ao encarar o populismo do ponto de vista discursivo, Aslanidis (2016) afirma que a simplicidade e a natureza maniqueísta da mensagem populista farão sobressair a problemática entre as *elites corruptas* e a autoridade soberana do *nobre povo*. É, pois, no conteúdo que estes autores colocam a ênfase da ação populista.

O populismo definido como estratégia política é outra das perspetivas científicas sobre o tema. Nesta conceptualização ganha relevância a liderança, uma liderança personalista que organiza e centraliza as decisões de grupo. Este líder surge como um empreendedor político que procura o apoio direto, massivo, não mediado e não institucionalizado, de um grande número de seguidores. Tal como um empreendedor imagina produtos que os consumidores estão disponíveis para comprar, o empreendedor político imagina ou anuncia políticas que os eleitores aplaudirão. Mobilizadores do descontentamento e com capacidade de organização, estes empreendedores políticos surgem ansiosos pelo poder. Nesse contexto, o populismo é visto como um jogo estratégico de poder, com o objetivo de transformar maiorias potenciais em maiorias reais, criando novas divisões sociais ao mobilizar as identidades sob a bandeira inclusiva do *povo* (Weyland, 2001; Akkerman, 2003; Pappas, 2012; Aslanidis, 2017).

O populismo definido como cultura política é outra das abordagens feitas na literatura. Urbinati (2013) considera que através da simplificação e da polarização, criando uma divisão política, “o populismo procura alcançar uma unificação profunda das massas, opondo-se ao pluralismo social” (2013, p.147, tradução própria). A autora identifica a ambição populista de impor uma política identitária e cultural de oposição, ou construção de um *nós* contra um *eles*, e a santificação da unidade e homogeneidade do povo *vs* qualquer parte dele.

Ainda que não no sentido conceptual, será uma desvantagem em qualquer abordagem ao populismo, pela sua importância histórica e pela relevância em alguns sistemas partidários, não fazer referência a este fenómeno enquanto movimento. Por exemplo, foi de um movimento populista que o Podemos em Espanha se formalizou enquanto partido em 2014 e que, uma década antes, o Syriza, na Grécia formalizou um programa eleitoral às eleições legislativas, tendo mesmo chegado ao poder em 2015. Salienta-se a definição de Di Tella (1997) que considera, geneticamente, o populismo um movimento político baseado na mobilização popular, não estando ainda organizado de forma autónoma ou liderado por uma elite enraizada na sociedade nem unida por um vínculo carismático e personalizado entre líder e liderado. Assim, não será descabido afirmar que o embrião do populismo poderá estar em muitos casos em movimentos sociais populistas que posteriormente se formalizam como partidos políticos, ou que são absorvidos por partidos já existentes.

Em síntese, no elenco aqui exposto é possível identificar, de forma explícita ou implícita, um elemento central da atuação populista: a divisão e o antagonismo enquanto eixos de mobilização do *povo* contra a *elite*. Como afirma Taguieff (1995), ser populista é, antes de tudo, ser contra. Sempre sob o manto do moralismo embrulhado numa “ideologia do produtorismo” no sentido em que os populistas “opõem os trabalhadores sempre com as mãos na massa, puros e inocentes, a uma *elite* corrupta que de facto não trabalha” (Müller, 2017, p. 38). Esta conceção moralista da política que os populistas defendem (e pela qual lutam) assenta na distinção entre o que é moral e o que é imoral, entre o que é puro e o que é corrupto, entre o povo que conta e aqueles que “nada significam” (2017, p. 39). O que está sempre presente na ação populista é a distinção entre o povo moralmente puro e os seus opositores,

e a reivindicação de que apenas os populistas e só eles representam o verdadeiro povo (Müller, 2017). Revela-se assim, além da característica antielitista, a dimensão anti pluralista dos populistas retratada no sintoma de superioridade moral quando, por exemplo, se arrogam como únicos representantes do verdadeiro povo. Para mobilizar as massas, os populistas podem utilizar a forma (populismo enquanto estilo), o conteúdo (populismo enquanto discurso), o propósito (populismo enquanto estratégia) ou a identidade (populismo enquanto cultura).

Na presente dissertação é adotada a definição ideacional de populismo da autoria de Mudde (2004) e amplamente usada na literatura (Abts e Rummens, 2007; Hawkins, 2009; Mudde e Rovira Kaltwasser, 2013; Rooduijn, 2014; Manucci e Weber, 2017). Mudde (2004) define populismo como uma ideologia de baixa densidade que considera “a sociedade, em última análise, separada em dois grupos homogêneos e antagônicos, ‘as pessoas puras’ versus ‘a elite corrupta’, e que argumenta que a política deve ser uma expressão do *volonté générale* (vontade geral) do povo” (2004, p. 543, tradução própria). Ao adotar esta definição são analisados três atributos do populismo: o povo-centrismo, o anti elitismo e a reivindicação de soberania popular. Estes três atributos revelam os três conceitos nucleares do populismo: o povo, a elite e a vontade geral do povo. Deste modo, esta dissertação apresenta o seu mínimo denominador comum com o objetivo de atenuar a ambiguidade do termo e operacionalizar o conceito de forma mais robusta.

1.2. A diversidade e disponibilidade do populismo: das suas origens aos dias de hoje

O populismo não é um fenómeno novo, nem a sua atuação tem sido linear. Vários autores reconhecem o final do século XIX como o período em que o termo populismo começou a ganhar protagonismo, com os *Narodnik* (populistas russos), os pequenos movimentos de agricultores nos EUA, nos anos 30, e o populismo latino-americano clássico nos anos 40 e 50 (Taguieff, 1997; Weyland, 2001; Ardit, 2003; Akkerman, 2003; Jagers, e Walgrave, 2007; Pappas, 2012, 2016). Após esta época, a (nova) esquerda ganha preponderância com o movimento de Maio de 1968 e, na década de 1970, com o surgimento da dos Novos Movimentos Sociais. Na década de 80, os Verdes surgem como atores populistas por excelência, o que se refletiu numa nova vaga de populismo em vários países europeus e no mundo anglo-saxónico. É o que a literatura identifica como populismo clássico associado aos Verdes, que se posicionavam de forma crítica em relação à política, desprezando-a, tal como desprezavam a *elite* (Akkerman, 2003; Mudde, 2004). Mudde (2004) caracteriza-os, do ponto de vista ideológico, organizacional e participativo, como opositores aos partidos estabelecidos. Do ponto de vista do seu ideário, durante esta fase de emergência, Pappas (2016) identifica duas características do populismo: o movimento ou o apelo às massas e a importância de uma liderança carismática. Já nos anos 90 é possível encontrar, na Europa Central e de Leste, uma diversidade ideológica nos partidos populistas, que inclui o socialismo, o autoritarismo e o nacionalismo. No início do século XXI este posicionamento mais radical dá lugar ao *populismo centrista* focado numa ideologia ao serviço de uma estratégia política que procura alcançar o poder (Ucen, 2007).

Ao surgir em diferentes períodos históricos, o populismo é entendido segundo três abordagens teóricas distintas: uma abordagem social-estruturalista, uma cultural-ideológica e uma político-institucional. A primeira sustenta-se na ideia de inevitabilidade das mudanças sociais nos países da periferia da economia mundial e que tinha como objetivo alterar o modelo social e económico implementando a industrialização por substituição de importações. A abordagem cultural-ideológica reporta a um conjunto de ideias apresentadas em forma de discurso maniqueísta e que coloca em confronto o bem, identificado pela vontade unificada do *povo*, e o mal, identificado com uma *elite* supostamente corrupta e conspirativa. Já a abordagem político-institucional concebe o populismo como uma estratégia política para mobilizar apoio e ganhar poder (Pappas, 2012).

Além da diversidade territorial (Rússia, EUA, América Latina, Europa), o populismo surge também como um fenómeno cíclico que periodicamente ganha protagonismo no cenário político partidário e social e que nunca desaparece (Hawkins, 2009; Manucci e Weber, 2017). Esta permanência mais ou menos discreta dá corpo à ideia de que o populismo é um companheiro de viagem constante na democracia (Conovan, 1999; Arditi, 2003). Característica esta que podemos identificar em países que se consideram consistentemente populistas, como a Argentina ou o Equador que periodicamente têm interregnos não populistas (Hawkins, 2009). Esta forma de atuação parece revelar o carácter oportunista e tacticista dos populistas, no sentido em que se vão revelando apenas quando o contexto político e social lhes parece favorável.

A tática contextual a que o populismo se tem prestado, adaptando a sua atuação a cada momento e a cada território, demonstra como o fenómeno é dinâmico e como tal não deve ser reduzido nem a um regime político específico, nem a um conjunto fixo de posições ideológicas. Esta constatação histórica revela, por um lado, a incoerência do populismo, não permitindo que seja identificado do ponto de vista ideológico (Taguieff, 1995,1997; Aslanidis, 2016) e, por outro lado, demonstra que “o populismo pode ter conteúdos diferentes em função do poder instalado contra o qual está mobilizado” (Canovan, 1999, p. 4, tradução própria). É, pois, impreciso reduzir o populismo à sua posição no jogo político.

Na oposição ou no governo, a elasticidade populista (Taguieff, 1997) é identificável nos novos opositores que se podem encontrar quer dentro do governo, quer a apoiar governos sem os integrar (Kriesi, 2014). Esta maleabilidade revela que os populistas poderão valorizar uniões políticas forjadas e demonstra que estarão sempre disponíveis para um casamento de conveniência (Mudde e Rovira Kaltwasser, 2013). Nesta característica oportunista há um atributo que permite identificar o populismo, seja de direita ou de esquerda, da oposição ou do governo: a permanente instigação ao conflito *povo vs elite* (Mudde, 2004; Jagers e Walgrave, 2007; Mudde e Rovira Kaltwasser, 2013; Huber e Schimft, 2016; Müller, 2017; Urbinati, 2019).

Apesar da atitude divisionista promovida pelo populismo, é possível identificar na literatura autores que conseguem identificar um populismo benigno, como é o caso de Mouffe (2019). Esta autora apela a um populismo de esquerda no sentido de confrontar as instituições representativas existentes para que o cidadão não seja privado da sua voz. Apesar do populismo ser identificado como um fenómeno

patológico (Ucen, 2007; Akkerman, 2003; Mudde e Rovira Kaltwasser, 2013), há nesta defesa a ideia da existência de um populismo bom em oposição a um populismo mau. É possível que esta reivindicação e esta visão do bom e do mau populismo encontre inspiração nas duas dimensões populistas que a literatura tem diferenciado: a dimensão inclusiva e a dimensão de exclusão. O populismo que exclui é identificado e conotado na Europa com a ideologia de direita, enquanto o populismo inclusivo é reconhecido na América Latina e mais praticado por uma ideologia de esquerda. Com efeito, está sempre subjacente a ideia de que o atual sistema democrático deixou de representar o cidadão comum e que os políticos não são dignos de confiança (Eatwell e Goodwin, 2019). Esta estratégia dos movimentos e dos partidos populistas ao longo da história revelam este fenómeno como uma entidade mítica no sentido em que procura purificar a identidade democrática e abolir a distância que separa o *povo* das *elites* (Taguieff, 1995).

Ao longo das décadas têm-se procurado ainda respostas para o que justifica o populismo. Têm sido várias as justificações para a sua ascensão: (i) razões económicas e financeiras, como a grande recessão de 2008 que fez com que muitas pessoas se sentissem relegadas; (ii) os problemas do desempenho da democracia, que instigam o populismo a posicionar-se num espírito redentor apelando a uma democracia mais pura ou genuína; (iii) a erosão dos partidos tradicionais, verificável na incapacidade de mobilizarem os cidadãos como anteriormente, o que se reflete numa menor participação eleitoral e permite aos populistas, supostamente, dar resposta à incapacidade ou à recusa das elites em responderem às preocupações das pessoas; (iv) a maior prevalência das estruturas supranacionais em relação às nacionais, o que leva a uma desresponsabilização dos políticos nacionais e a uma “desnacionalização” da política, afastando as lideranças partidárias da sociedade em geral e permitindo aos populistas ocuparem um espaço deixado vago; (v) uma crise política de onde podem surgir líderes “forasteiros” não associados ao sistema que utilizem mecanismos de mobilização que passam pela política do ressentimento ou pela polarização; (vi) a formação de novas clivagens, suportadas na dicotomia de uma nova divisão social alimentada pelos populistas entre o *povo* e os inimigos *do povo*, originando novas identidades sociais identificadas na alegada corrupção, ineficiência e sectarismo das elites partidárias, que por exemplo Chávez ou Fujimori usavam para mobilizar as massas (Taguieff, 1997; Canovan, 1999; Arditi, 2003; Mair, 2003; Abts e Rummens, 2007; Pappas, 2012; Kriesi, 2014; Eatwell e Goodwin, 2019).

O lado da procura da política populista, a adesão dos eleitores ao discurso populista, pode ser sintetizada pelo que Eatwell e Goodwin (2019) designam como os “quatro D”: a *desconfiança* nos políticos e nas instituições, a *destruição* de modos de vida estabelecidos, o *despojamento* relativo sustentado na ideia de que certos grupos estão a perder em relação a outros, o *desalinhamento* visível no facto de muitas pessoas já não estarem fortemente alinhadas com as correntes predominantes. Este contexto político, social e económico pode assim funcionar como catalisador de atitudes populistas entre a população (Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017).

Apesar de não existir um único fator explicativo da ascensão do populismo, há alguma unanimidade em torno da ideia de que este fenómeno vive das fragilidades contextuais do próprio sistema democrático, da promoção dessas fragilidades e até da ilusão das fragilidades e da construção de uma percepção de unidade homogénea (Abts e Rummens, 2007). O populismo vive da politização do ressentimento com o propósito de mobilizar os eleitores desiludidos com os partidos estabelecidos, podendo ter conteúdos diferentes em função do poder instalado (Canovan, 1999; Ucen, 2007; Pappas, 2012; Kriesi, 2014). A ativação das atitudes populistas parece estar dependente das falhas do sistema económico, político ou social. Ou seja, “a forma específica que o populismo acaba por adotar depende das queixas sociais preponderantes no contexto em que opera” (Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017, p. 57). Por exemplo em Espanha, o Podemos conseguiu ativar o apoio de muitos cidadãos com mensagens de protesto, de sentimento anti *mainstream* e de foco nas expectativas políticas e governamentais não realizadas (Ramiro e Gómez, 2016). Assim, com o material social disponível em cada país, e potenciado pelos populistas, os eleitores vão procurando novas certezas e estão disponíveis para mudar (Pappas, 2012).

Em síntese, a desterritorialização do populismo, a sua ideologia de baixa densidade, a falta de um único fator que justifique o seu surgimento, a ambiguidade e o dinamismo do fenómeno faz com que seja mais preciso referirmo-nos a populismos do que tratá-lo como um fenómeno único, mais ou menos uniforme (Schmitter, 2019). Esta diversidade inerente ao populismo (Woods, 2014) permite também desmistificar a ideia de que o populismo é um exclusivo da direita e concluir que ele está presente em todo o espectro político.

1.3. Implicações do crescimento do populismo no sistema democrático

Como afirmam Mudde e Kaltwasser (2013), no centro de grande parte do interesse académico pelo populismo está a sua complexa relação com a democracia. A conotação negativa a que o termo populismo tem sido associado (Hawkins, 2009; Mudde e Rovira Kaltwasser, 2013; Gidron e Bonikowski, 2013; Hawkins e Rovira Kaltwasser, 2017; Salgado, 2018) poderia levar a considerar imediatamente o fenómeno como uma ameaça para a democracia. Contudo, não se encontra na literatura um consenso quanto ao efeito que o populismo tem no sistema democrático: “Pode ser bom ou mau para a democracia... depende” (Schmitter, 2019, p. 76, tradução própria). Ou como salientam ainda Mudde e Rovira Kaltwasser (2013), a repolitização da sociedade, promovida por todos os tipos de forças populistas, tem um impacto ambivalente na democracia.

Na última década o mundo tem enfrentado uma recessão democrática amena, mas prolongada (Diamond, 2015) motivada, entre outros fatores, pelo fraco desempenho na promoção da própria democracia e dos seus valores. Esta recessão e crise de desempenho são acentuadas nas democracias liberais à medida que estas se revelam menos capazes de dar respostas aos cidadãos para os novos desafios que vão surgindo (Diamond, 2015; Mounk, 2019). Neste contexto, “o populismo explora as

tensões intrínsecas à democracia liberal, que tenta encontrar um equilíbrio harmonioso entre o governo da maioria e os direitos da minoria” (Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017, p. 102).

A gestão de expectativas surge como uma técnica utilizada e promovida pelo populismo que aqui encontra uma oportunidade de ascensão, no sentido em que este fenómeno político cria a percepção de dar resposta ou explora as expectativas que a democracia cria e às quais parece não conseguir corresponder. Esta fragilidade ou tensão democrática tem vindo a revelar-se a força motriz do populismo (Acemoglu, Egorov e Sonin, 2011), colocando em confronto a face redentora e a face pragmática da democracia (Canovan, 1999). A face redentora coloca o povo como única fonte de autoridade legítima, prometendo um mundo melhor por meio da ação do povo soberano. Do ponto de vista pragmático, como indica Canovan (1999), a democracia é essencialmente uma maneira de lidar pacificamente com interesses e visões conflitantes. A sua grande virtude é ser uma alternativa à guerra civil ou à repressão, construindo instituições para limitar o poder e torná-lo eficaz. Deste ponto de vista, democracia implica sistemas multipartidários, eleições livres, grupos de pressão, lobby e práticas pelas quais se distinguem políticas democráticas de outras políticas modernas. Já a face redentora da democracia revela-se num forte impulso anti institucional no sentido em as instituições são vistas pelos populistas como estando “ossificadas” e como sendo castradoras da “franqueza, da espontaneidade e da superação da alienação” (Canovan, 1999 p.10 e 14, tradução própria). São as tensões entre estas duas faces que fornecem o estímulo à mobilização populista que segue a democracia como uma sombra, permitindo que o populismo seja uma possibilidade permanente (Canovan, 1999).

O populismo pode assim surgir como uma revolta contra a democracia liberal, vestindo a pele redentora da democracia (Hofstadter, 1966; Canovan, 1999; Arditi, 2003; Eatwell e Goodwin, 2019). Se assim for, o populismo poderá ser visto como um corretivo e um catalisador do sistema democrático e partidário. Neste sentido o populismo pode ser caracterizado como um “convidado barulhento num jantar” (Arditi, 2013, p. 26, tradução própria), um “convidado bêbado” (Huber e Schimpf, 2016, p. 103, tradução própria) que diz as verdades que são ignoradas pelos partidos estabelecidos, que faz perguntas desconfortáveis, funcionando como agente do descontentamento (Taguieff, 1997; Pappas, 2012, 2016; Gidron e Bonikowski, 2013; Kriesi, 2014; van Kessel, 2015; Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017).

Uma outra implicação do populismo nos sistemas democráticos é a sua atuação corrosiva. Nesta dimensão sobressai o objetivo de dismantlar elementos-chave da democracia, como as suas instituições. Ao fragilizar as instituições democráticas, quando afirma que nenhuma instituição tem o direito de limitar a regra da maioria, o populismo degenera a democracia representativa, o que é um perigo intrínseco para o sistema democrático. Neste cenário o populismo torna-se um fator corrosivo para a democracia (Akkerman 2003; Gidron e Bonikowski, 2013; Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017; Mounk, 2019). É nesta dimensão que os populistas encontram uma oportunidade para se estabelecerem como uma nova formação hegemónica (Mouffe, 2019).

Enquanto a ideia de uma sociedade aberta e diversificada está na génese da democracia, o populismo está centrado numa ficção imaginária de uma identidade coletiva fechada (Abts e Rummens,

2007). Esta constatação permite revelar que o atributo moralista do populismo funciona como uma deformação e não como um corretivo, ao contrário do que os populistas alegam. Facto que é verificável por o populismo advogar não uma sociedade para todos, mas apenas para alguns. O populismo é, nesta vertente, contrário à existência de bens comuns e distorce o processo democrático no sentido em que combate a diversidade e promove a exclusão de parte da sociedade (Müller, 2017; Waisbord, 2018). Assim, qualquer que seja a retórica populista, mais ou menos inclusiva, parece ser claro neste ponto que qualquer populismo partilha um relacionamento problemático com a democracia liberal (Gidron e Bonikowski, 2013; Mudde e Rovira Kaltwasser, 2013; Lisi, Llamazares e Tsakatika, 2019). Tal pode ser observado na ideia de representação política que os populistas defendem. Eles não são contra a ideia de representação, mas subscrevem uma particular versão de representação, aceitável desde que os representantes apropriados representem o povo apropriado (Arditi, 2013; Müller, 2017). Em suma, o fenómeno populista luta por uma certa homogeneidade, enquanto a democracia luta pela pluralidade. A arrogância e as certezas morais que o populismo assume no sentido de se posicionar como único representante do verdadeiro povo parecem, pois, constituir uma ameaça ao pluralismo que a democracia advoga.

As consequências do crescimento do populismo em sistemas democráticos são também diferentes se se trata de uma atuação na oposição ou no governo. Quando se manifesta na oposição, é mais convencional afirmar que o populismo funciona como um fator positivo para a democracia: pode mobilizar setores excluídos, pode melhorar a capacidade de resposta das instituições e aumentar a responsabilização democrática, pode abrir portas a novas formações políticas. Os populistas na oposição tendem a apresentar programas partidários e ideológicos mais arrojados do que os programas dos partidos instalados, que aqueles consideram ultrapassados e fossilizados, e assim expandir o leque de soluções políticas (Akkerman, 2003; Arditi, 2013; Gidron e Bonikowski, 2013; Kriesi, 2014; Huber e Schimpf, 2016; Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017; Hawkins, Rovira Kaltwasser e Andreadis, 2018; Schmitter, 2019). Quando integra o governo, o populismo tende a desencadear mudanças graduais que levam à deterioração do sistema democrático, uma vez que mina a legitimidade das instituições democráticas através da ocupação do Estado, da prática de clientelismo de massas, da supressão do contraditório, do desrespeito pelas oposições políticas e do exercício de um poder centralizador, enfraquecendo os freios e contrapesos do sistema democrático (Gidron e Bonikowski, 2013; Urbinati, 2013; Huber e Schimpf, 2016; Taggart e Rovira Kaltwasser, 2016; Müller, 2017).

Com efeito, o populismo tem uma relação complexa com a democracia no sentido em que pode ser “simultaneamente amigo e inimigo da democracia (liberal), dependendo da fase do processo de democratização em que este surge” (Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017, p. 33). Seja à direita ou à esquerda, tendo funções governativas ou de oposição, os valores confrontacionais promovidos são idênticos: ambos promovem a hegemonia de um grupo em relação a outros. Se a esquerda advoga a unificação do povo em torno de uma suposta vontade coletiva (Mouffe, 2019), em que o motor da mobilização são as minorias que possam confrontar o *establishment*, a direita advoga a vontade coletiva

suportada nos valores da identidade nacional e cultural. Na literatura parece prevalecer a ideia que este fenómeno funciona como um parasita da democracia e como influenciador de alterações democráticas, dependendo do seu posicionamento no jogo político e no contexto em que surge (Urbinati, 2013; Aslanidis, 2017; Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017).

1.4. Partidos populistas e sua prevalência nos sistemas político-partidários europeus contemporâneos

No início do século XXI a literatura identifica partidos, *challengers* ou *mainstream*, que através de uma estratégia populista assumiram responsabilidades governamentais, como são exemplos os casos do Partido Popular Suíço (*Schweizerische Volkspartei/Union démocratique du centre, SVP/UDC*), o Partido da Liberdade da Áustria (*Freiheitliche Partei Österreichs, FPÖ*), a Liga Norte (*Lega Nord, Lega Nord per l'Indipendenza della Padania*) e o Povo da Liberdade (*Il Popolo della Libertà, PdL*) – ou partidos que apoiaram governos minoritários sem se tornarem membros formais das coligações governamentais – como o Partido Popular Dinamarquês (*Dansk Folkeparti, DFP*) e o Partido pela Liberdade holandês (*Partij voor de Vrijheid, PVV*) (Kriesi, 2014). Na Europa destacam-se também a Frente Nacional Francesa (*Front National, FN*), de Jean-Marie Le Pen, de extrema-direita, a Força Itália (*Forza Italia, FI*) de Silvio Berlusconi, rotulado de conservador, o Fidesz-União Cívica Húngara (*Fidesz – Magyar Polgári Szövetség*) de Viktor Orbán integrado no Partido Popular Europeu. Mais recentemente “a Grande Recessão deu um novo impulso ao populismo de esquerda” (Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017, p. 53) de que são exemplos o Podemos em Espanha e o Syriza na Grécia (Pappas, 2012; Mudde e Rovira Kaltwasser, 2013; Rooduijn, 2014; Taggart e Rovira Kaltwasser, 2016).

Em específico na Europa de Leste, surge uma nova forma centrista de populismo que pretende mobilizar eleitores desapontados com os partidos estabelecidos, como é o caso da Eslováquia, com o surgimento do Partido da Compreensão Cívica (SOP) nas eleições de 1998 e a Direção – Social-Democracia (*Smer–sociálna demokracia, SMER-SD*), um ano mais tarde. O mesmo ocorre na Bulgária com o surgimento do Movimento Nacional Simeon II (*Симеон Сакскобурзьотски, NDSV*), na Lituânia com a fundação do Partido Trabalhista (*Darbo Partija, DP*) em 2003, na Estónia com o surgimento do Res Publica (*Erakond Res Publica, PR*) em 2001, ou na Letónia que em meados dos anos 90 experimentou a sua primeira onda de populismo político com o sucesso do Movimento Popular para a Letónia (*Tautas Kustība Latvijai, TKL*) e do Partido Democrata “Saimnieks” (*Demokrātiskā Partija "Saimnieks", DPS*). Todos estes partidos aparecem na arena política com um discurso eminentemente antielitista, classificando os partidos tradicionais como ultrapassados (Ucen, 2007).

Apesar da tendência de associar o populismo à extrema direita, a literatura tem-no encarado como ideologicamente impreciso e limitado. Desde logo porque, depois das décadas de 70 e 80, como já revelado, é possível identificar uma nova vaga de populismo de esquerda que surge renovada na sua forma de atuação, na medida em que os partidos mais à esquerda já não se apresentam apenas como a vanguarda do proletariado, mas sim como a *vox populi* e a glorificação das “pessoas boas” (Mudde,

2004; Rooduijn e Akkerman, 2015, p.1, tradução própria). Como afirma Canovan (1999), “supor que os populistas são simplesmente de direita é ignorar o impulso igualitário expresso na mobilização do “povo comum” contra a “elite privilegiada”, altamente educada e cosmopolita” (1999, p. 5, tradução própria). Neste âmbito, o estudo realizado por Rooduijn e Akkerman (2015) é um contributo assinalável. Os autores analisam os programas eleitorais de 32 partidos em cinco países da Europa Ocidental (França, Alemanha, Itália, Holanda e Reino Unido) entre 1989 e 2008. Revelam que, contrariamente à ideia de que o populismo é mais veiculado pela extrema-direita, os partidos comunistas francês e italiano, considerados geralmente não populistas, empregam um discurso altamente populista, assim como o Partido de Esquerda na Alemanha (*Die Linke*), o Partido Socialista Escocês (*Scottish Socialist Party, SSP*) e o Partido Socialista na Holanda (*Socialistische Partij, SP*). Os dois investigadores concluem que não é tanto a posição esquerda-direita de um partido que determina o seu grau de populismo, mas sim o seu grau de radicalismo. Mais recentemente, Meijers e Zaslove (2020) analisaram 250 partidos políticos em 28 países europeus com o intuito de aferir o seu grau de populismo. Além de confirmarem que tanto os partidos da extrema-esquerda como os de extrema-direita exibem níveis mais altos de populismo que os partidos localizados ao centro, a análise multidimensional e contínua que desenvolveram permite revelar vários partidos centristas com níveis consideráveis de populismo, como o Partido Social Democrata Romeno (*Partidul Social Democrat, PSD*), a União dos Camponeses e Verdes Lituanos (*Lietuvos valstiečių ir žaliųjų sąjunga, LVŽS*) e a Aliança do Cidadão Cipriota (*Symmachía Politón, SYPOL*).

Concluindo, é possível afirmar a versátil personalidade do fenómeno populista no sentido em que a sua prevalência nos sistemas partidários se revela tanto à direita como à esquerda, e chegando ao poder como minoritários dentro de uma coligação, como foi o caso da Áustria (Mudde e Rovira Kaltwasser, 2013) ou mais recentemente em Espanha com o Podemos. Esta diversidade da atuação populista corrobora a característica hospedeira do populismo que parece necessitar sempre de uma ideologia já implementada no espectro político para poder ter alguma implementação. Como afirma Norris (2020) o populismo não fornece uma visão sobre a boa sociedade nem apresenta um conjunto coerente de ideias e a sua retórica camaleónica é adaptável a partidos e líderes de muitas convicções políticas.

1.5. Populismo em Portugal

Portugal parece ter estado imune à ascendência do populismo nos sistemas político-partidários europeus, segundo a literatura dominante. Os autores que têm estudado este fenómeno em Portugal tendem a afirmar que a política portuguesa tem resistido à recente disseminação do populismo. As justificações para tal afirmação passam por considerar que a crise financeira não funcionou como catalisador do populismo em Portugal, que não se verificam as características sociais, económicas e políticas que se verificam em outras geografias, que a ausência de uma direita radical relevante faz de Portugal o único país do sul da Europa onde os partidos *mainstream* não estão ameaçados por adversários populistas. Em suma, que Portugal é, neste aspeto, um caso negativo (Hernandez e Kriesi, 2014; Salgado e Zúquete,

2017; Salgado, 2018; Silva e Salgado, 2018; Lobo, 2019). Estes estudos têm suportado a ideia do exceccionalismo português em relação ao populismo, parecendo agora contrariado pelo facto de um partido com características populistas da nova direita radical, o CHEGA (Marchi, 2020) ter pela primeira vez eleito um deputado à AR. Este subcapítulo pretende sintetizar a pesquisa prévia sobre o populismo em Portugal e apresentar algumas evidências que podem atualmente contrariar a ideia do exceccionalismo nacional.

O sistema político-partidário português tem sido caracterizado pela sua resiliência. Desde 1974 quatro partidos têm dominado o sistema político e alcançado permanente representação parlamentar: o Partido Social-Democrata (PSD), o Partido Socialista (PS); o CDS - Partido Popular (CDS-PP) e o Partido Comunista Português (PCP). Só em 1999 se junta a este núcleo o Bloco de Esquerda (BE) que elegeu pela primeira vez nessas eleições dois deputados à AR. Desde 1999 e até 2015 o sistema parlamentar é composto por dois partidos *anti-establishment* e de esquerda radical, o PCP e o BE (Freire e Mach, 2012; Lisi e Borghetto, 2019) e três partidos que têm alternado a sua posição no poder, o PSD, o PS e o CDS-PP. “O sistema partidário português tem estado assim consolidado em torno de dois eixos centrais: uma dimensão principal de competição entre PS e PSD; e a ausência de coligações à esquerda para a formação de governo” (Jalali, 2017, p. 84). Mesmo nas eleições de 2011, depois do primeiro-ministro José Sócrates ter implementado duras medidas de austeridade (Conselho de Ministros, 29 de setembro de 2010) e de ter assinado com as instituições europeias um pedido de resgate a Portugal, o sistema partidário português deu sinais de ser sólido como uma rocha (De Giorgi e Santana-Pereira, 2016, p.1). Até outubro de 2015 esta resiliência, estabilidade e previsibilidade revela um sistema partidário com uma “estrutura de interação globalmente fechada” (Jalali, 2017, p. 71). Ao contrário de outros países europeus, como a Espanha ou a Grécia, em Portugal as forças de esquerda radical não se afirmaram eleitoralmente e a extrema-direita manteve a sua irrelevância eleitoral (Santana Pereira, 2016).

Em 2015 a força política mais votada foi a Portugal à Frente (PàF), uma coligação eleitoral formada pelo PSD e o CDS, liderada pelo então Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho. O PS, responsável pelo pedido de resgate em 2011, ficou em segundo lugar, e a esquerda radical teve um aumento significativo. Os arranjos partidários levam António Costa, líder socialista, a juntar-se aos partidos de esquerda radical e a formar governo. Uma aliança tática característica do fenómeno populista, como a literatura revela anteriormente. A estabilidade e consolidação do sistema político-partidário português sofre assim o primeiro abalo num dos seus padrões estruturantes que era a ausência de coligações à esquerda. A esquerda radical passa a ter, pela primeira vez desde 1976, responsabilidade pelas ações do governo (Santana Pereira, 2016), sendo o exemplo mais saliente a aprovação dos Orçamentos de Estado por parte do PCP e do BE. Esta inovação, explicada pelos interesses de cada um daqueles líderes, introduz um padrão de menor previsibilidade no sistema partidário português (Jalali, 2017).

Se as eleições legislativas de 2015 representaram um momento de mudança em termos de apoio e cooperação governamental, as eleições legislativas de 2019 são consideradas por Fernandes e

Magalhães (2020) como um momento histórico pelo facto de, pela primeira vez, um partido populista da nova direita radical, o CHEGA, ter conseguido representatividade parlamentar. É ainda de salientar a presença de mais um partido da esquerda radical na AR, com a eleição de uma deputada do LIVRE (que, entretanto, se desvinculou do partido e passou a exercer o mandato como deputada não inscrita) e, também, de pela primeira vez estar representado no parlamento nacional um partido assumidamente liberal, a IL, que elegeu igualmente um deputado. Mas é a eleição do CHEGA que centra todas as atenções e que faz com que o populismo faça soar os alarmes de um sistema político que até esta altura era alegadamente imune ao fenómeno.

Até 2015 nenhum dos partidos enraizados no sistema partidário português era rotulado pela academia como sendo populista, o que terá contribuído para Portugal ser retratado como um “oásis de estabilidade” (Politico.com, 2016) no contexto de crescente populismo verificado na Europa. O facto de a palavra populista se ter tornado popular (Taguieff, 1997) parece também contribuir para uma normalização ou desvalorização dos atributos populistas utilizados na retórica dos partidos políticos. Também em Portugal é comum não só os políticos utilizarem o termo para rotularem os seus oponentes, para os deslegitimar, como também comentadores e jornalistas o usam no espaço mediático quando pretendem criticar alguém ou algo (Salgado, 2018). Há uma conotação crítica negativa na esfera pública pois “na maioria das vezes, os media portugueses são hostis às manifestações do populismo político e tentam desconstruí-lo criticamente” (Salgado e Zúquete, 2017, p. 7, tradução própria).

Salgado também encontra nos “laços estreitos” que existem entre jornalistas, partidos e políticos *mainstream* uma justificação para a alegada ausência de populismo em Portugal. Segundo esta autora, “os jornalistas convencionais são frequentemente vistos como pertencentes à elite e ao *establishment*” (2018 p. 58, tradução própria), o que condiciona uma maior presença mediática dos temas e políticos populistas. Salgado (2018) salienta que é nas redes sociais que se encontra alguma disseminação do discurso populista. Ainda assim, se não fosse pelo Facebook e os espaços para comentários dos leitores, a visibilidade do populismo seria quase inexistente. Parece, pois, aqui revelada a existência de alguns sinais de populismo, mas considerados irrelevantes pela autora no que respeita à sua penetração no sistema político e partidário.

Um outro fator que suporta a ideia de excecionalismo português é o facto de os partidos de esquerda, BE e PCP, funcionarem como agregadores importantes do descontentamento popular (Accornero e Pinto, 2015; Salgado, 2018). Segundo Lisi (2019), tal representa uma das justificações para a estabilidade do sistema partidário português. Também o baixo número de imigrantes e refugiados em Portugal é apontado como um fator que não potencia uma efetiva retórica populista (Lobo, 2019). A estas características pouco estimulantes para a emergência do populismo em Portugal é ainda acrescentado o estigma do Estado Novo (Salgado e Zúquete, 2017; Salgado, 2018), sentimento que os autores consideram inibidor do sucesso de um discurso populista dos partidos de direita. Aliás, o facto de nenhum partido de direita radical ter conseguido alcançar sucesso em Portugal é um dos exemplos para a alegada ausência de populismo em Portugal (Lisi, Llamazares e Tsakatika, 2019). Esta

justificação sugere que o populismo é proeminente na ideologia de direita, o que contraria a demonstração literária de que o populismo não tem uma residência ideológica única. Até ao momento, o que parece ser mais acentuado pela pesquisa sobre o caso português é a ausência de um partido populista de extrema-direita e não uma demonstração clara da total ausência de sinais populistas.

Os estudos que afirmam que “Portugal é uma ilha que, até agora, tem resistido ao avanço da maré populista que varre a Europa e o mundo” (Lobo, 2019), parecem assentar a sua análise na dimensão do sucesso ou insucesso eleitoral da retórica e ação populista (Salgado e Zúquete, 2017). Desta forma, é desvalorizada a utilização dos atributos e da retórica populista pelos partidos estabelecidos, nomeadamente à esquerda do sistema partidário (Lisi e Borghetto, 2019), assim como é relegada para segundo plano a hábil característica dos populistas de poderem estar no governo ou apoiar governos sem os integrarem (Kriesi, 2014).

A literatura diz-nos que o sucesso político do populismo deve também ser medido tendo em conta “a capacidade para colocar assuntos na agenda política (*agenda setting*) e a capacidade de influenciar políticas públicas (impacto nas políticas)” (Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017, p. 120). Medir o populismo apenas pela força eleitoral parece, pois, limitado. Ainda mais quando, como a literatura tem vindo a acentuar, o fenómeno pode ser identificado na oposição, no governo ou em movimentos que são absorvidos pelos partidos estabelecidos. Ora, foi precisamente isso que se verificou em Portugal com dois grandes movimentos gerados durante o período da maior crise financeira que o país atravessou. Entre 2010 e 2013, o BE é o principal partido a estar presente e a absorver as contestações de movimentos populistas como o *Geração à Rasca* e o *Que se Lixe a Troika* (Accornero e Pinto, 2015). O BE funciona, assim, como uma esponja que adota as reivindicações dos movimentos populistas onde, por exemplo, se apelava a “tornar cada cidadão um político” (Accornero e Pinto, 2015, p. 24, tradução própria). Estes movimentos que ganharam inicialmente grande visibilidade mediática e adesão nas ruas, e que se autoproclamavam ostensivamente apartidários, e mesmo antipolíticos, no sentido de rejeitar os partidos políticos estabelecidos, evoluíram numa proximidade a estruturas politizadas e políticas como a CGTP e o BE, tendo em outubro de 2012 organizado em conjunto o Congresso Democrático das Alternativas. É aliás deste congresso que nasce o partido de esquerda radical que elegeu em 2019 pela primeira vez uma deputada à AR, o LIVRE (Accornero e Pinto, 2015).

Apesar da afirmação de que a política portuguesa tem resistido à recente disseminação do populismo (Salgado, 2018), há estudos que revelam a existência de uma retórica populista usada principalmente por partidos radicais de esquerda (Lisi e Borghetto, 2019; Meijers e Zaslove, 2020). Um dos atributos populistas, como identificado anteriormente, é o sentimento anti elite e anti poder instalado que pode ser avaliado em relação à integração europeia. A este propósito Gómez-Reino e Plaza (2016) consideram que em Portugal, no período antes e depois da crise (2010-2014), houve mudanças na orientação geral dos partidos políticos em relação à integração europeia. A posição do PS tornou-se mais negativa e os partidos tradicionalmente eurocéticos, PCP e BE, tornam-se ainda mais eurocéticos em 2014. Ao estabelecer uma convergência entre populismo e euroceticismo, com saliência no atributo anti

elite, estes autores concluem que a crise deixou os pilares da esquerda radical mais radicais e mais eurocéticos exibindo uma retórica anti elite (Gómez-Reino e Plaza, 2016). Este estudo revela assim o BE e o PCP como partidos eurocéticos populistas suportando-se, em especial, na utilização de uma retórica e atitude anti elite e anti poder instalado momentaneamente.

De modo similar, o estudo que Lisi e Borghetto (2019) levaram a cabo conclui que, apesar de não se observar um aumento geral da retórica populista em Portugal no período compreendido entre 1995 e 2015, os seus atributos têm estado presentes nos programas eleitorais dos partidos portugueses, com destaque para o PCP e o BE, casos em que os apelos populistas fizeram sempre parte do seu código genético de partidos *anti-establishment*. O BE apresenta um consistente uso da mensagem populista, que Lisi e Borghetto definem como populismo moderado, tendo crescido em 2011. No que respeita ao PCP, as referências populistas nos seus programas eleitorais têm aumentado constantemente desde 1999. Os resultados demonstram ainda que um aumento do radicalismo está positivamente correlacionado com o populismo na retórica do BE, mas não na do PCP. Também os resultados eleitorais têm influência estratégica no posicionamento populista destes dois partidos: um menor resultado eleitoral leva a que o PCP acentue o seu populismo em eleições seguintes, o que já não se verifica com o BE. Quanto ao impacto que a crise financeira teve nos discursos populistas dos partidos políticos portugueses é de salientar que no BE as referências populistas atingem o pico em 2011 e que nas eleições de 2015 essa referência mantém-se, mas mais moderadamente. O fim do programa de ajustamento e o encerramento parcial da austeridade parecem ter contribuído para neutralizar o apelo da mensagem populista do BE. Os programas eleitorais do PCP revelam altos níveis de populismo mesmo depois da crise económica. Lisi e Borghetto (2019) concluem que rotular Portugal como uma exceção quanto ao populismo só é aceitável se não se tiver em consideração a importância do discurso populista adotado pela esquerda radical. Segundo os autores é indiscutível que a retórica adotada por esses partidos é responsável por tornar o caso português “não completamente diferente de outros casos da Europa Ocidental” (2019, p. 18, tradução própria). Tudo indica que a mensagem populista em Portugal terá atingido o seu pico durante o período de resgate, quando ambos os partidos radicais de esquerda exploraram o argumento da colonização das democracias do sul da Europa pelos países europeus mais ricos. Mais recentemente, Meijers e Zaslove, (2020) demonstram que o populismo em Portugal tem estado relacionado apenas com a periferia do sistema partidário, com o PCP e o BE a demonstrarem algum grau de populismo, enquanto os partidos *mainstream* têm revelado alguma relutância em adotar uma estratégia populista.

Considerando então não ter sido com o CHEGA que a retórica populista chegou à AR, o que este partido populista de nova direita radical (Marchi, 2020) parece agora trazer de novo ao fenómeno do populismo em Portugal é a existência de um empreendedor político capaz de acordar o gigante adormecido presente no eleitorado português (Magalhães, 2019). Se o BE e o PCP são rotulados como populistas eurocéticos e com a bandeira do populismo económico (Gómez-Reino e Plaza, 2016; Costa Lobo, 2019), se têm absorvido as reivindicações dos movimentos populistas e parte do descontentamento da sociedade em relação aos partidos políticos, o CHEGA apresenta-se como um

partido antissistema, com uma perspectiva dicotômica da realidade política, segundo a qual a elite atraíu o povo, e sem qualquer pudor em que o rotulem de populista ou radical (Marchi, 2020).

Em síntese, os estudos realizados sobre o populismo em Portugal que sustentam a identificação do país como um caso negativo de populismo apresentam (i) razões históricas, de que sobressai a ditadura salazarista, (ii) razões sociais, em especial um reduzido número de imigrantes e refugiados, (iii) razões políticas, dado que os partidos de esquerda radical absorveram o descontentamento social e a extrema direita não era relevante, assim como (iv) razões mediáticas, com os principais órgãos de comunicação social a darem pouco respaldo a mensagens ou protagonistas políticos populistas e a funcionarem como uma espécie de parceiros dos partidos do sistema. No entanto, tendo em conta os sinais e conclusões aqui relatadas, que levam Jalali (2017) e Lisi e Borghetto (2019) a afirmarem que o sistema partidário português não está imune aos desafios e às sirenes do populismo, parecem haver razões para contestar a afirmação de ausência de populismo em Portugal. Os estudos que até aqui têm defendido essa ideia parecem demonstrar uma limitação de análise ao ignorar a história do fenómeno populista e a característica de baixa densidade ideológica que permite que os agentes populistas combinem o populismo com uma ou mais ideologias (Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017). Os defensores do excepcionalismo português terão também ignorado, até ao momento, os atributos populistas constantemente presentes nos discursos programáticos dos partidos políticos portugueses revelados por Lisi e Borghetto (2019). Esta é, pois, a problemática que a presente dissertação considera central e que justifica que se volte a estudar o fenómeno do populismo em Portugal tendo em conta o novo cenário parlamentar que resultou na entrada de três novos partidos na AR.

CAPÍTULO II – Objetivos, Hipóteses e Método

2.1. Objetivos

Portugal vive um estado de exceção em relação à ascensão do populismo verificado na Europa? Esta é a questão de partida a que a presente dissertação pretende dar resposta. Para alcançar este objetivo central, a investigação realizada é inspirada, por um lado, no trabalho de Lisi e Borghetto (2019) que analisaram os programas eleitorais apresentados pelos partidos políticos portugueses em sete eleições legislativas – cinco antes da crise (1995, 1999, 2002, 2005 e 2009) e duas durante a crise da zona do euro (2011 e 2015) – e que concluem existir atributos populistas nos discursos programáticos, e, por outro, nos estudos desenvolvidos que tornam dominante a ideia de excecionalismo português em relação ao populismo.

Dado que a investigação desenvolvida por Lisi e Borghetto (2019) abrange apenas as eleições legislativas ocorridas até 2015, a presente dissertação pretende introduzir dados mais recentes, integrando os programas eleitorais dos partidos políticos portugueses que elegeram deputados à AR em 2019. No estudo reportado nesta dissertação sobressai a possibilidade de incluir novos partidos que conseguiram representatividade parlamentar nas eleições legislativas de 2019. Assim, além dos partidos da esquerda radical (BE, PCP, LIVRE), do PAN e dos partidos *mainstream* (PSD, PS, CDS) que já estão contemplados no modelo de análise de Lisi e Borghetto (2019), incluem-se agora a IL e o CHEGA. Uma vez que os dados de Lisi e Borghetto remontam ao ano de 1995 e que a investigação da presente dissertação integra os resultados das eleições de 2019, a combinação dos dados de ambas as pesquisas permite analisar a presença do fenómeno do populismo em Portugal ao longo de 25 anos.

A presente investigação adota um enfoque partidário ligeiramente diferente. Lisi e Borghetto (2019) analisaram alguns partidos extraparlamentares (Partido Nacional Renovador (PNR) e o Partido Democrático Republicano (PDR), ao passo que aqui são analisados apenas os partidos com representação parlamentar.

Lisi e Borghetto (2019) pretendem qualificar o mito do excecionalismo português, examinando a variação longitudinal e interpartidária no uso da retórica populista em Portugal. Os autores utilizaram uma análise de conteúdo qualitativa que lhes permite, por um lado, comparar casos não cobertos anteriormente pela literatura e, por outro lado, apresentar uma análise mais detalhada do contexto e dos argumentos usados por todo o espectro partidário português. As unidades de análise que estes autores utilizam são os parágrafos individuais nos programas eleitorais. A presente dissertação replica a codificação feita por estes autores, em que um parágrafo é codificado como populista quando contém elementos de povo centrismo, anti elitismo ou de apelo à soberania popular.

O contributo que esta dissertação aporta ao estudo do populismo em Portugal é a aferição da medida em que os partidos políticos portugueses que conquistaram representação parlamentar nas eleições

legislativas de 2019 utilizaram elementos retóricos populistas nos seus programas eleitorais. O principal objetivo da presente dissertação é avaliar se os partidos políticos portugueses recorrem ou não a atributos populistas nos programas eleitorais. A existirem esses atributos, pretende-se medir o grau de populismo e que partidos recorrem mais a essa retórica. Acrescentando as eleições legislativas de 2019 ao trabalho de Lisi e Borghetto (2019) é possível avaliar a existência ou não da característica taticista e oportunista que a literatura revela sobre o fenómeno do populismo. Esta dissertação ganha relevância na medida em que será a primeira vez que se apresentam resultados interpartidários tendo no universo de análise um partido já rotulado como populista de nova direita radical, o CHEGA (Marchi, 2020). Este novo quadro parlamentar permite assim, pela primeira vez, apresentar uma comparação entre partidos de extremos opostos do espectro partidário português que se encontram a atuar politicamente em circunstâncias iguais.

2.2. Hipóteses de investigação

A literatura sistematizada até ao momento permite elaborar um conjunto de expectativas teóricas. Se por um lado os estudos realizados sobre populismo em Portugal apontam o país como um caso negativo em relação a este fenómeno, por outro lado, Lisi e Borghetto (2019) demonstram a existência de uma permanente retórica populista utilizada pelos partidos mais à esquerda do espectro partidário português. Também o facto de, pela primeira vez, um partido da nova direita radical, o CHEGA, integrar o parlamento português contribui para levantar expectativas sobre a utilização de uma retórica populista, maioritariamente utilizada pelos partidos de extrema-direita.

Por conseguinte, colocam-se quatro linhas de argumento para a formulação das hipóteses: a presença de populismo nos discursos programáticos dos partidos políticos portugueses (*H1*), o papel no jogo político (*H2*), uma maior utilização da retórica populista nos extremos do sistema político português (*H3*) e o fator apoio parlamentar formalizado dos partidos de esquerda ao governo minoritário PS entre 2015 e 2019 (*H4*).

Como vimos, Portugal tem sido rotulado como uma exceção em relação à ascensão do populismo verificado na Europa (Hernandez e Kriesi, 2014; Salgado e Zúquete, 2017; Hawkins e Rovira Kaltwasser, 2017b; Salgado, 2018; Silva e Salgado, 2018; Costa Lobo, 2019; Politico.com, 2016). A resiliência do sistema partidário português tem servido para justificar a ausência de uma presença populista no espectro partidário português. No entanto, a reconfiguração parlamentar resultante das eleições legislativas de 2019, e em especial a eleição de um deputado pelo CHEGA, parece ter feito soar os alarmes no sistema político português. Este renovado interesse pelo fenómeno em Portugal parece dar a entender que o populismo se expressa exclusivamente à direita dos sistemas políticos, contrariando o que afirma a literatura clássica e contemporânea (Taguieff 1995, 1997; Aslanidis 2016; Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017). Apesar da preponderância desta ideia, a investigação de Lisi e Borghetto (2019) revelou, mesmo antes da eleição do deputado do CHEGA, que retratar Portugal como um oásis no que ao populismo diz respeito pode ser excessivo.

Dadas estas conclusões, a primeira hipótese que a presente investigação coloca é precisamente sobre a existência de atributos populistas nos programas eleitorais de todos os partidos portugueses que elegeram deputados nas legislativas de 2019.

Hipótese 1: É possível encontrar atributos populistas no discurso programático dos partidos que elegeram deputados à AR nas eleições de 2019.

A segunda hipótese que se pretende testar replica a hipótese de Lisi e Borghetto (2019), que procuraram diferenças em termos de variação do discurso dos partidos tendo em conta a sua dimensão de *challenger* ou *mainstream*. Os autores afirmam que o estilo retórico e a estratégia do discurso diferem significativamente em linha com a posição no jogo político, conforme a procura por alcançar o poder ou quando já estão presentes na arena governamental. Em Portugal, o PSD, o CDS-PP e o PS são considerados partidos *mainstream*. Em contraste, o BE e o PCP são considerados partidos antissistema e *challengers*:

“As plataformas programáticas comunistas têm criticado constantemente o déficit democrático da União Europeia e das instituições representativas nacionais, ao mesmo tempo que enfatizam a necessidade de revitalizar a soberania popular. O BE tem sido tradicionalmente crítico das questões europeias e fez várias tentativas para se aproximar da facção de esquerda do PS; em contraste, os comunistas mostraram uma orientação sistemática e coerente contra o sistema – pelo menos até as eleições legislativas de 2015” (Lisi e Borghetto, 2019, p. 4, tradução própria).

Como novos *challengers* que elegeram pela primeira vez deputados à AR ou reforçaram a sua representatividade, são ainda identificados: a IL, o CHEGA, o LIVRE e o PAN. Esta nova configuração parlamentar cria a expectativa que os *challengers* tendem a apresentar programas partidários e ideológicos mais arrojados do que os programas dos partidos instalados. (Akkerman, 2003; Gidron e Bonikowski, 2013; Arditì, 2013; Kriesi, 2014; Huber e Schimpf, 2016; Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017; Hawkins, Rovira Kaltwasser e Andreadis, 2018; Schmitter, 2019; Schmitter, 2019). Dadas estas características espera-se que os discursos programáticos dos partidos *challengers* apresentem níveis mais elevados de populismo do que os partidos *mainstream*.

Hipótese 2: o discurso programático dos partidos challengers tende a ser mais populista do que o dos partidos mainstream.

Como a literatura tem demonstrado, associar o populismo a uma ideologia única só pode resultar de desatenção, na melhor das hipóteses. Tal como os contributos clássicos e contemporâneos demonstram, o populismo é incolor e alia-se habilmente a qualquer ideologia (Canovan, 1999; Mudde, 2004; Rooduijn e Akkerman, 2015). No entanto, alguns estudos têm revelado uma maior propensão

populista por parte dos partidos dos extremos dos sistemas político-partidários. Em 2015 Rooduijn e Akkerman revelam que, tal como a extrema-direita, também a extrema esquerda em França, Itália ou na Alemanha empregam um discurso altamente populista, o que leva estes dois autores a concluir que não é tanto a posição esquerda-direita de um partido que determina o seu grau de populismo, mas sim o seu grau de radicalismo. Mais recentemente, Meijers e Zaslove (2020) também confirmam a existência de um populismo mais presente tanto nos partidos da extrema-esquerda como nos de extrema-direita. Estes resultados criam a expectativa que os dois polos opostos do sistema partidário possam utilizar uma retórica populista com uma incidência ou frequência similar. Em Portugal, com a eleição do CHEGA, as eleições legislativas de 2019 são agora uma oportunidade para testar a presença de atributos populistas nos dois extremos opostos do sistema partidário português. Pretende-se assim avaliar até que ponto o discurso populista da esquerda radical e da direita radical se assemelham.

Hipótese 3: partidos de extrema-esquerda e de extrema-direita utilizam uma retórica populista com incidência/frequência similar nos seus programas eleitorais.

Por último, pretende testar-se a importância do apoio parlamentar formalizado pelos partidos da esquerda radical ao governo minoritário PS entre 2015 e 2019 no grau de populismo utilizado por esses partidos. A pesquisa prévia sugere que o desempenho eleitoral é um elemento importante que molda o grau do discurso populista. Lisi e Borghetto (2019) analisam a relação entre a perda eleitoral e o maior grau de populismo no discurso programático nas eleições legislativas seguintes. As conclusões apresentadas revelam resultados mistos. Enquanto as perdas eleitorais estão associadas a um maior uso da retórica populista na próxima eleição no caso do PCP, tal não se verifica com o BE. A presente dissertação pretende testar algo mais específico. Se as eleições legislativas de 2015 foram as primeiras que se realizaram no pós-troika, as eleições legislativas de 2019 foram as primeiras a realizarem-se após uma alteração do sistema político português que levou a que, pela primeira vez, os partidos da esquerda radical tenham apoiado um governo minoritário em Portugal. Esta inovação introduz um padrão de menor previsibilidade no sistema partidário português (Jalali, 2017) e aproxima a esquerda radical do *mainstream* partidário. A esquerda radical passa a ter, pela primeira vez desde 1976, responsabilidade pelas ações do governo (Santana Pereira, 2016), sendo o exemplo mais saliente a aprovação dos Orçamentos de Estado por parte do PCP e do BE. Em concreto, pretende-se verificar a correlação entre esse apoio histórico que BE e PCP deram para a formação de um governo socialista em 2015 e o grau de populismo utilizado no discurso programático apresentado nas eleições legislativas de 2019.

Hipótese 4: os partidos de extrema-esquerda que suportaram a constituição do Governo em 2015 utilizaram uma retórica populista menos intensa no discurso programático de 2019 do que no de 2015.

2.3. Método

A presente dissertação pretende contribuir para o estudo do populismo em Portugal oferecendo uma análise de conteúdo dos programas eleitorais dos partidos políticos portugueses que elegeram deputados à AR nas eleições legislativas de 2019. Inspirada no trabalho de Lisi e Borghetto (2019), tem como objeto de estudo dez programas eleitorais correspondentes aos dez partidos políticos que elegeram deputados à AR nas eleições legislativas de 2019: PS, PSD, BE, PCP e PEV, CDS-PP, PAN, CHEGA, IL e LIVRE. Os programas eleitorais são uma fonte importante de análise porque fornecem uma visão geral dos argumentos apresentados pelos partidos durante as campanhas eleitorais, assim como estão disponíveis e são facilmente comparáveis entre países, partidos e eleições (Lisi e Borghetto, 2019). A análise de conteúdo dos programas eleitorais é uma das metodologias mais comuns para medir o populismo, representando algumas vantagens como a possibilidade de afastar a volatilidade que uma análise de discursos altamente dependentes do contexto introduz nas generalizações do populismo (Meijers e Zaslove, 2020). Além disso, os programas eleitorais são documentos que fornecem a possibilidade de medir o populismo de forma mais sistemática e permitem uma análise mais refinada dos argumentos usados (Lisi e Borghetto, 2019).

Os programas eleitorais aqui analisados foram recolhidos das páginas de Internet de cada um dos partidos. Para medir a retórica populista dos partidos políticos portugueses, adotou-se nesta pesquisa como unidades de análise os parágrafos que constam dos programas eleitorais. Em cada programa eleitoral são identificados três pilares centrais, que são as variáveis de interesse a analisar: povo-centrismo, anti elitismo e reivindicação da soberania popular. Desta forma, o foco está nos argumentos que constroem o discurso populista, o que permite detetar variações no sistema partidário. Ao identificar como unidade de análise o parágrafo, considera-se que os resultados apresentados possibilitam uma leitura mais objetiva do que declarações políticas que podem ser moldáveis de acordo com o contexto.

2.4. Operacionalização

A codificação dos parágrafos dos programas eleitorais atende a um conjunto de indicadores, elencados no quadro 1. Esta codificação permite identificar o grau de populismo utilizado nos discursos programáticos, medido em valores absolutos, assim como identificar a que atributos populistas os partidos mais recorrem.

A cada uma das variáveis em análise (povo-centrismo; anti elitismo e soberania popular) corresponde uma codificação entre 0 e 1, em que 0 significa que não é identificada no parágrafo e 1 significa que é identificada. Cada parágrafo pode conter mais do que um atributo populista. Um parágrafo é codificado como populista quando contém elementos de povo-centrismo, anti elitismo ou apelo a restaurar a soberania popular. A operacionalização desta análise mimetiza, assim, a operacionalização de Lisi e Borghetto (2019) e de Mannucci e Weber (2017) para os quais basta um parágrafo revelar um atributo para ser considerado populista. Tal como em Lisi e Borghetto (2019), o povo-centrismo (*people-centrism*) é revelado quando o partido “[afirma] estar próximo do povo, fala do

povo como um ator monolítico com uma vontade comum, enfatiza as virtudes do povo, ou elogia as conquistas positivas do povo”. Já o anti elitismo (*anti-elitism*) “discute qualquer tipo de divisão entre as elites e o povo”, o bem contra o mal. O apelo a restaurar a soberania popular (*popular sovereignty*) é a “exigência de mais poder para o povo em geral ou a respeito de uma questão política específica” (Manucci e Weber, 2017, tradução própria). A análise conjunta destas variáveis permite aferir o grau de populismo em cada programa eleitoral.

Para melhor se entender o processo de codificação, revelam-se alguns exemplos retirados dos programas eleitorais analisados. O programa eleitoral do PS revela povo-centrismo quando os socialistas enfatizam as virtudes do povo ao afirmar que “Um país com mais de 2,3 milhões de emigrantes e muitos mais lusodescendentes tem um enorme potencial de desenvolvimento, quer por valorização do papel desses emigrantes e lusodescendentes, quer por atração daqueles que pretendem regressar ao país” (Partido Socialista, p. 147). O programa eleitoral do BE é antielitista quando afirma que “... um país pequenino subjugado pelas imposições de Bruxelas, que prefere cortar as pensões das pessoas idosas quando escolhe pagar os prejuízos financeiros. É uma sociedade agressivamente desigual, em que há quase quatro milhões de pobres, mas um administrador pode ganhar em cada mês o equivalente a dez anos do salário médio da sua empresa...” (Bloco de Esquerda, p. 32), discutindo assim uma divisão entre as elites económicas e o povo. O PCP apela à soberania popular quando defende “o reforço dos direitos... designadamente através de ação popular...” (Partido Comunista Português, p. 94), exigindo desta forma mais poder para o povo em geral. A codificação seguiu, assim, de forma o mais fiel possível, as definições de Manucci e Weber (2019) para cada atributo populista. Por exemplo, não há necessariamente uma codificação automática por os partidos se referirem a povo. Exemplo disso são parágrafos (que não foram codificados) em que se afirmava que “cada governo tem, perante o seu povo, a responsabilidade de...” (Bloco de Esquerda, p. 7). Esta frase é considerada apenas uma intencionalidade ou visão ideológica de um partido, não representando, na interpretação do codificador, um atributo povo-centrista. Assim como um partido afirmar que pretende “eliminar rendas fundiárias injustificadas e lucros excessivos ...” (LIVRE, p. 37) não é rotulado como antielitista uma vez que não se revela a divisão entre elite e povo, mas apenas uma crítica em abstrato e também o posicionamento ideológico do partido em causa. Também não se considera apelo à soberania popular a simples defesa do reforço e do alargamento da proteção do cidadão (PSD, p. 19).

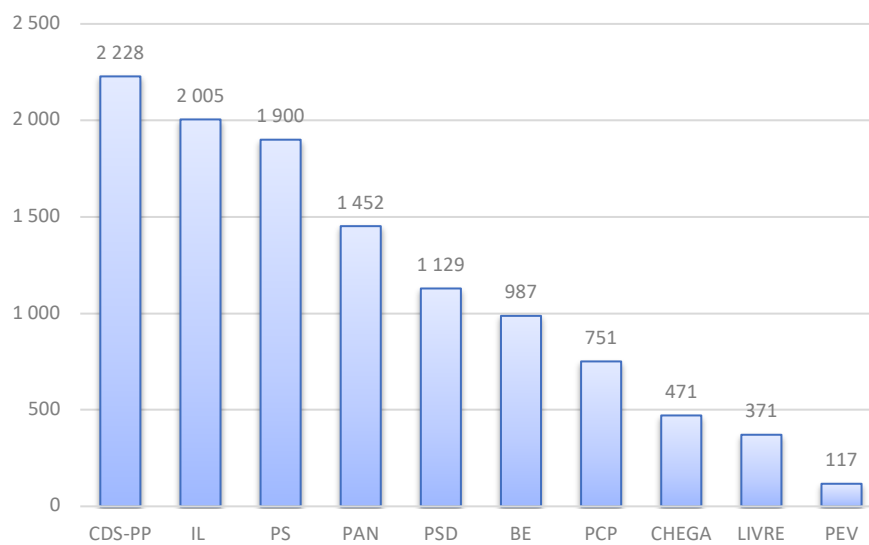
Quadro 1 – Operacionalização dos conceitos

Variáveis de análise	Conceito	Escala
Povo-centrismo	Estar próximo do povo, falar do povo como um ator monolítico com uma vontade comum, enfatizar as virtudes do povo ou elogiar as conquistas positivas do povo.	1 = sim 0 = não
Anti elitismo	Discutir qualquer tipo de divisão entre as elites e o povo, obviamente deletéria para os primeiros.	1 = sim 0 = não
Soberania Popular	Exigir mais poder para o povo em geral ou a respeito de uma questão política específica.	1 = sim 0 = não

Fonte: elaboração própria tendo em conta a abordagem ideacional de populismo (Mudde, 2004; Manucci e Weber, 2017; Abts e Rummens, 2007; Rooduijn, 2014; Canovan, 1999; Mudde e Rovira Kaltwasser, 2013; Hawkins, 2009).

A distribuição da amostra final de parágrafos é representada na Figura 1, revelando um total de 11.411 parágrafos analisados em 1.649 páginas de todos os programas eleitorais. Quando se avalia em função do total de parágrafos por partido (e por ordem de volume) constata-se que no programa eleitoral do CDS-PP foram analisados 2.228 parágrafos, num total de 256 páginas, no da IL 2.005, em 267 páginas, no do PS 1.900, em 239 páginas, no do PAN 1.452 num total de 411 páginas, no do PSD 1.129 em 124 páginas. Não deixa de ser um dado revelador o facto dos partidos que se encontram nos extremos do espectro partidário português serem os que apresentam discursos programáticos menos extensos: no programa eleitoral do BE foram analisados 987 parágrafos, expressos em 126 páginas, no do PCP 751, com 112 páginas, no do CHEGA 471, em 51 páginas, no LIVRE 371 em 53 páginas e no programa eleitoral do PEV foram analisados 117 parágrafos nas 10 páginas que constituem o seu discurso programático.

Figura 1 - Número de parágrafos analisados por partido



Fonte: elaboração própria

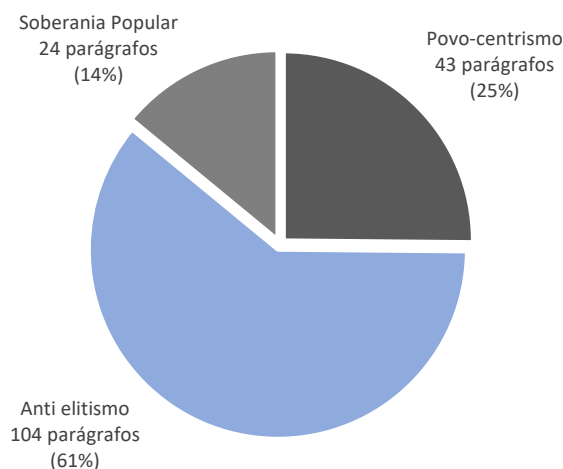
CAPÍTULO III – Resultados: análise e discussão

A análise dos dados recolhidos permite identificar o grau de populismo presente em cada discurso programático e identificar os três atributos populistas a que cada partido mais recorre. São estes resultados que aqui são apresentados. É feita uma análise descritiva dos resultados globais e por atributo populista identificado, para em seguida serem testadas as hipóteses anteriormente colocadas. O capítulo termina com uma súmula dos resultados. Assim, espera-se responder à questão de pesquisa sobre o exceccionalismo português em relação ao fenómeno do populismo.

3.1. Atributos populistas nos discursos programáticos: prevalência e grau

Na identificação dos parágrafos com atributos populistas, foram registadas 171 unidades de análise que incluem referências a um ou mais desses atributos, representando 1 por cento do total de parágrafos analisados (11.411). Destaca-se o anti elitismo como o atributo mais vezes utilizado nos discursos programáticos dos partidos (Figura 2).

Figura 2 - Prevalência dos atributos populistas nos parágrafos identificados como contendo discurso populista (N= 171)



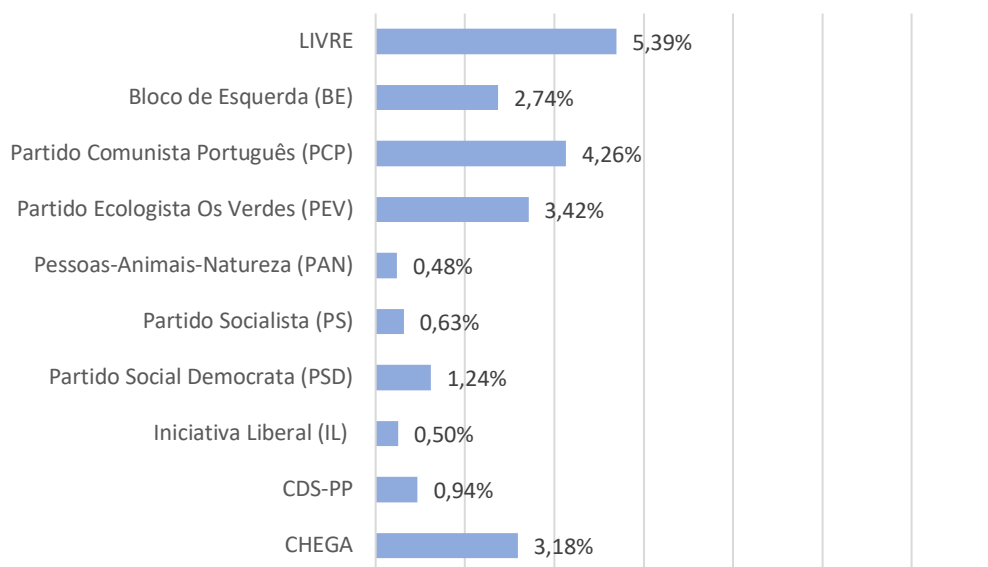
Fonte: elaboração própria

Os resultados apresentados na Figura 3. reportam à percentagem de parágrafos populistas nos manifestos dos partidos políticos portugueses com representação parlamentar em Outubro de 2019. Os partidos foram organizados de acordo com o seu posicionamento ideológico, da esquerda à direita. Estes dados permitem, assim, analisar o grau de populismo nos discursos programáticos desses partidos. A primeira descrição que os dados oferecem é o facto de nenhum programa eleitoral apresentar uma prevalência da retórica populista. No total dos programas analisados apenas o LIVRE apresenta um

valor superior a 5 por cento no total do seu discurso pragmático. Estes dados relevam ainda uma maior prevalência de atributos populistas nos extremos do espectro partidário, em especial na esquerda radical.

O PAN e a IL destacam-se como os partidos que menos recorrem à retórica populista. Pelo contrário, o LIVRE e o PCP são os partidos que mais utilizam um discurso programático populista. Imediatamente a seguir surge o PEV e o CHEGA. No que diz respeito aos partidos *mainstream*, o PS é o que menos recorre à retórica populista no programa eleitoral apresentado em Outubro de 2019.

Figura 3 - Percentagem de parágrafos populistas nos manifestos dos partidos portugueses com representação parlamentar em Outubro de 2019 (%)



Fonte: elaboração própria

Numa análise mais pormenorizada verifica-se que o CHEGA, o LIVRE, o PCP e o BE são os partidos que mais discutem uma divisão entre as elites e o povo (Quadro 2.). Os dados mostram que o CHEGA é o partido que mais utiliza o discurso maniqueísta (2,9 por cento), identificado em expressões como “direitos adquiridos para todo o sempre são sempre direitos de uns em detrimento dos direitos de outros. (...). Direitos da pior das elites: a elite dos meramente instalados, que se define apenas porque já se lá está.” (p. 15). O LIVRE recorre ao anti elitismo (2,7 por cento) quando afirma que “um capitalismo desregrado que faz dos trabalhadores mercadoria, uma economia digital que dá mais soberania aos algoritmos do que às pessoas, (...), uma política em círculo fechado que dispensa a participação de cidadãos e cidadãos.” (p. 52).

Quanto ao povo-centrismo, segundo atributo mais utilizado pelos partidos, destacam-se o PEV e o PCP por serem os que mais recorrem a este atributo e, em sentido contrário, o discurso programático da IL onde não se identifica qualquer parágrafo que revele este atributo. O PEV elogia as conquistas do povo ao afirmar que “...contribuíram para que fossem dados passos importantes no fim da discriminação

e na conquista de direitos.” (p. 9). E o PCP utiliza o povo-centrismo ao afirmar que “o País, os direitos dos trabalhadores e do Povo português, conheceram nos últimos anos avanços só possíveis pela luta travada pelos trabalhadores e o Povo...” (p. 9).

Em relação ao apelo à recuperação da soberania popular é o LIVRE que se destaca (2,1 por cento) ao defender “que os cidadãos devem controlar o futuro das suas comunidades” (p. 45) ou quando reivindica “mais poder às cidadãs e aos cidadãos para além das eleições” (p. 46). CDS e PEV destacam-se por não utilizarem este atributo ao logo dos seus discursos programáticos.

Quadro 2 - Presença dos três atributos populistas analisados por partido (%)

Partido	Povo-centrismo	Anti elitismo	Soberania Popular
BE	0,71	2,13	0,20
CDS-PP	0,40	0,54	0,00
CHEGA	0,64	2,97	0,42
IL (Iniciativa Liberal)	0,00	0,40	0,10
Livre	0,81	2,70	2,16
PAN	0,07	0,28	0,14
PCP	1,07	2,66	0,53
PEV	1,71	1,71	0,00
PS	0,32	0,16	0,16
PSD	0,35	0,89	0,09

Fonte: elaboração própria.

De forma a dar continuidade ao trabalho de investigação de Lisi e Borghetto (2019) é elaborado o Quadro 3. que congrega os resultados aferidos pelos autores para os anos eleitorais entre 1995 e 2015 e os resultados de 2019. É assim possível fazer uma comparação longitudinal e identificar os períodos eleitorais em que os partidos mais recorreram à retórica populista ao longo dos últimos 25 anos, assim como analisar a constante presença ou o grau de populismo a que os partidos recorrem taticamente. Note-se que os codificadores dos dois trabalhos são diferentes e não existiu qualquer articulação entre os mesmos, pelo que as comparações devem ser feitas com alguma cautela.

Quando se compara o ato eleitoral de 2015 com o de 2019, apenas o LIVRE se destaca por apresentar um grau de populismo significativamente superior. Este partido da esquerda radical passa de um discurso programático populista de 0,2 por cento para 5,4 por cento. Todos os outros partidos

utilizaram uma retórica menos populista. Aqui o destaque vai para o PCP que passa de uma percentagem de 18,6 em 2015 para 4,3 em 2019. Quando comparado com as eleições de 2011, ano em que o país se encontrava sob resgate das instituições europeias, apenas os partidos *mainstream* apresentam subidas ligeiras, mas sem expressão.

Quadro 3 - Comparação longitudinal e interpartidária entre as legislativas de 1995 a 2019 (%)

Partido	1995	1999	2002	2005	2009	2011	2015	2019
BE		0,56	0,00	2,24	0,98	17,86	4,27	2,74
CDS-PP	1,84	1,22	0,21	0,00	0,17	0,26	1,12*	0,94
CHEGA								3,18
IL								0,50
Livre							0,17	5,39
PAN						0,00	0,00	0,48
PCP	2,71	8,44	4,63	5,05	6,85	29,41	18,58	4,26
PEV								3,42
PS	0,00	0,75	0,00	0,72	0,45	0,42	0,00	0,63
PSD	0,00	1,81	0,00	2,62	0,54	0,00	1,12*	1,24

Fonte: elaboração própria, com base no trabalho de Lisi e Borghetto.

*Nas eleições legislativas de 2015, o PSD e o CDS-PP concorreram em coligação

3.2. O populismo no sistema político-partidário português: Teste das hipóteses

A primeira hipótese diz respeito à expectativa de se encontrarem atributos populistas no discurso programático de todos os partidos que elegeram deputados à AR nas eleições de 2019. A segunda hipótese pretende testar a possibilidade do discurso programático dos partidos *challengers* tender a ser mais populista do que o dos partidos *mainstream*. A terceira hipótese visa testar a possibilidade de os partidos extremistas, à esquerda e à direita, utilizarem uma retórica populista com incidência/frequência similar entre si nos seus programas eleitorais. Por fim, a quarta hipótese pretende testar se os partidos de esquerda radical que suportaram a constituição do Governo em 2015 utilizaram uma retórica populista menos intensa no discurso programático de 2019 do que no de 2015.

Os resultados começam por corroborar a primeira hipótese: é possível encontrar atributos populistas no discurso programático dos partidos que elegeram deputados à AR nas eleições de 2019. A validade desta hipótese contraria a ideia de que Portugal é um caso negativo no que ao fenómeno populista diz

respeito. Os dados revelam, contudo, que o populismo tem sido presença assídua nos discursos programáticos dos partidos políticos portugueses, mas moderadamente baixos (entre os 5,4 por cento do LIVRE e os 4,3 por cento do PEV), baixos (entre os 3,4 por cento do PEV, os 3,1 do CHEGA e os 2,7 do BE) e negligenciáveis (0,5 por cento da IL e do PAN, 0,6 do PS, 0,9 do CDS e 1,2 do PSD).

A segunda hipótese é também confirmada pelos resultados da análise realizada: o discurso programático dos partidos *challengers* tende a ser mais populista do que o dos partidos *mainstream*. Apenas o PAN e a IL apresentam programas eleitorais com um menor grau de populismo que os partidos *mainstream*. Todos os outros *challengers* – LIVRE, PCP, PEV, CHEGA e BE – apresentam uma utilização da retórica populista superior à dos partidos *mainstream*. Tal como no trabalho de Lisi e Borghetto (2019), verifica-se uma baixíssima intensidade da retórica populista nos partidos *mainstream* e uma maior utilização do discurso populista nos partidos tanto de esquerda radical como, agora também, da nova direita radical populista (BE, PCP, LIVRE e CHEGA). Estes dados permitem também verificar que dos três novos partidos que alcançaram representação parlamentar, dois, o LIVRE e o CHEGA, utilizam nos seus programas uma retórica populista substancialmente superior aos partidos *mainstream*.

Os dados descritos na Figura 3 permitem também corroborar a terceira hipótese: os partidos de esquerda radical e de direita radical utilizam efetivamente uma retórica populista com incidência/frequência similar nos seus programas eleitorais. No caso analisado, o LIVRE, o PCP, o CHEGA e o BE apresentam resultados muito próximos (5,4; 4,2; 3,1; 2,7) e com o anti elitismo a ser o atributo populista a que estes partidos mais recorrem. Estes resultados permitem reafirmar que é nos extremos que mais se recorre ao populismo, com alguma preponderância na esquerda radical. É ainda reforçada a conclusão de Lisi e Borghetto (2019), de que o referido excecionalismo português em relação ao populismo só pode assim ser entendido se não se tiverem em conta os atributos populistas utilizados pelos partidos da esquerda radical, com destaque para o LIVRE nas eleições legislativas de 2019.

A quarta hipótese é também corroborada pelos resultados descritos no Quadro 3. Os partidos de esquerda radical que suportaram a constituição do Governo em 2015 utilizaram uma retórica populista menos intensa no ato eleitoral de 2019. Tanto o PCP como o BE recorreram menos ao discurso populista quando comparado com o discurso programático de 2015 (o PCP passou de 18,6 para 4,2 por cento e o BE de 4,3 para 2,7 por cento).

3.3. Síntese dos resultados

Os resultados descritos trazem à discussão sobre o fenómeno populista em Portugal dados que confirmam o que a literatura clássica e contemporânea relata sobre o fenómeno, nomeadamente sobre a característica incolor do populismo. Os dados desmontaram a presença do populismo nos discursos programáticos dos partidos políticos portugueses e esses atributos não são um exclusivo da direita radical, antes pelo contrário, em Portugal, a retórica populista é mais evidente empiricamente no espectro mais à esquerda do sistema político.

Dos cinco programas eleitorais que mais recorrem à retórica populista, dos 10 analisados, quatro encontram-se à esquerda e um à direita no sistema partidário português. Dos três novos partidos que elegeram deputados à AR, dois são radicais (LIVRE e CHEGA). Os resultados revelam que o novo partido da direita radical populista, o CHEGA, não é o partido que mais recorre aos atributos populistas para mobilizar as massas, mas sim o LIVRE.

Os resultados demonstram que a ideia de excecionalismo ou ausência de populismo em Portugal é manifestamente exagerada. Como os dados revelam, (1) existe populismo em Portugal, com destaque para os extremos do espectro partidário, em especial à esquerda, (2) o LIVRE é o partido que mais utiliza uma retórica populista, (3) a esquerda radical não é substancialmente menos populista que a direita radical, (4) o discurso programático populista saiu reforçado nas eleições de 2019 com a entrada do LIVRE e do CHEGA para a AR.

Apesar de uma utilização baixa do populismo por parte dos partidos políticos portugueses, a presença permanente de atributos populistas demonstra que Portugal não está imune aos desafios e às sirenes do populismo (Jalali, 2017; Lisi e Borghetto, 2019). Os resultados da presente dissertação, em conjunto com o estudo de Lisi e Borghetto (2019), permitem ainda concluir que o populismo não surgiu em Portugal com a Grande Recessão, nem com a emergência do CHEGA. Pelo contrário, o populismo tem estado presente em Portugal desde 1995, com graus de intensidade baixos, mas com períodos de aumento da presença. Esta flutuação poderá confirmar a necessidade de reconhecer que em Portugal o populismo é um companheiro constante da democracia (Canovan, 1999; Arditi 2003).

Considerações Finais

A ideia de que o sistema político-partidário português tem estado protegido do fenómeno populista que se tem verificado um pouco por toda a Europa serve como mote à investigação aqui desenvolvida. A expectativa que a literatura dominante cria é a de que o populismo em Portugal, a existir, só será visível nos partidos de direita radical. Os resultados que a presente dissertação revela indicam precisamente o oposto. Nem Portugal tem estado imune à retórica populista, nem o populismo é um exclusivo da direita radical.

A questão de partida que colocámos foi se Portugal vive um estado de exceção em relação à ascensão do populismo verificado na Europa. Como nos indicam os resultados da análise aos discursos programáticos, a resposta a essa questão é claramente que não. Em Portugal os atributos populistas têm feito parte dos programas eleitorais dos partidos políticos portugueses há pelo menos 25 anos, ficando também claro que o populismo não surgiu em Portugal com a eleição do CHEGA para a AR. Esta é uma clarificação relevante, uma vez que conotar o populismo com uma única tendência política e ideológica, não só é falacioso, como pode contribuir para uma maior prevalência do fenómeno nos sistemas partidários. Esta revelação ganha maior importância numa altura em que Portugal vê, pela primeira vez, um partido da nova direita radical alcançar representatividade parlamentar. A discussão do fenómeno populista deve, pois, ter sempre presente a sua baixa densidade ideológica, que lhe permite adotar um posicionamento hospedeiro no sentido em que este se alia a qualquer orientação política. No caso português ganha ainda maior significado reconhecer-se esta característica tendo em conta a firmeza com que se tem vindo a defender a ausência de populismo em Portugal, em especial até 2015.

Em Portugal é um partido da esquerda radical, o LIVRE, que mais se destaca na utilização de atributos populistas. Esta é provavelmente a maior revelação que esta dissertação apresenta. Ao contrário da expectativa criada pela literatura, não é o CHEGA que mais recorre à retórica populista, mas sim um partido do extremo oposto. O CHEGA é o quarto partido que mais utiliza os atributos populistas, atrás do PCP e do PEV. Este é um resultado que pode ser considerado surpreendente na medida em que o próprio partido apresenta as características de um partido da nova direita radical populista e não renega esse rótulo (Marchi, 2020). Os resultados alcançados demonstram mesmo que nos cinco partidos que utilizam mais a retórica populista, três são da esquerda radical (LIVRE, PCP e BE).

Estes resultados corroboram as conclusões de Lisi e Borghetto (2019) que revelam a existência de uma retórica populista nos discursos programáticos dos partidos políticos portugueses, em especial no espectro mais à esquerda do sistema político e partidário em Portugal, contrariando assim a ideia que tem prevalecido da excecionalidade portuguesa em relação ao fenómeno populista verificado um pouco por toda a Europa. No entanto, os programas eleitorais de 2019 não revelam um aumento significativo na utilização dos atributos retóricos populistas quando comparados com eleições anteriores. À exceção do LIVRE, os resultados revelam uma presença permanente, mas modesta e residual em alguns casos,

como acontece com a IL, o PAN e os partidos *mainstream*. Ainda assim, é possível observar a partir dos discursos programáticos que a retórica populista poderá ter tido alguma relevância eleitoral. Dos três novos partidos que alcançaram representatividade parlamentar, dois destacam-se na utilização de uma retórica populista: o LIVRE e o CHEGA.

Podemos afirmar que é excessivo rotular Portugal como um oásis na Europa, no que ao populismo diz respeito. As análises longitudinais e interpartidárias demonstram que este fenómeno tem estado presente ao longo do tempo e nos mais diversos partidos políticos portugueses. Ainda que a retórica populista não domine os discursos programáticos dos partidos políticos portugueses, a eleição de mais um partido da esquerda radical e um partido da direita radical parecem indiciar que o populismo é um gigante adormecido em Portugal, tal como afirmou Pedro Magalhães (2019).

A presente dissertação deixa um contributo para a literatura sobre o populismo em Portugal, não só porque reafirma parte das conclusões de Lisi e Borghetto (2019), em especial sobre a presença do populismo nos discursos programáticos dos partidos políticos com representação parlamentar, mas essencialmente porque revela a incidência deste fenómeno na esquerda radical portuguesa e não apenas no partido populista da nova direita.

Os resultados revelados deixam clara a necessidade do estudo do populismo em Portugal ter presente a abrangência deste fenómeno. Considerando que não há populismo bom e mau, qualquer desatenção face à identificação das práticas populistas por parte de todos os partidos pode vir a ser nefasta para a democracia liberal em que Portugal se revê e atua. Se aliarmos a estas conclusões alguns episódios protagonizados pelos próprios partidos *mainstream*, especialmente PS e PSD, que dão sinais discursivos e de praxis política de fragilização das instituições – como foi o mais recente caso de acabar com os debates quinzenais na AR ou a interferência percecionada em órgãos de regulação – revela-se ainda mais importante a atenção.

O populismo é um fenómeno maleável e sem uma habitação ideológica rígida. Apesar de se revelar proeminentemente nos extremos, não devemos deixar de estar atentos ao fenómeno de *zeitgeist* que Mudde testou. A tentação populista (Eichengreen, 2018) pode tomar conta da retórica política dos partidos *mainstream*. Os partidos hoje rotulados como moderados, conservadores e centristas poderão alterar o seu posicionamento. O partido de Viktor Orbán não foi sempre populista e quando ganhou as eleições pela primeira vez em 2010 não o fez com um programa populista (Müller, 2017). O populismo não vive num espartilho que lhe limita os movimentos. Ignorar esse facto contribuirá para que partidos populistas que não sejam apontados na sua atuação possam contribuir para a corrosão do sistema político de forma encapotada, como aconteceu na Grécia com o PASOK (Pappas, 2016).

Futuros estudos sobre o populismo em Portugal poderão aprofundar a ascensão de dois partidos populistas que alcançaram representação parlamentar nas eleições legislativas de 2019. Se o CHEGA parece ser o exemplo claro de um partido liderado por um empreendedor político com capacidade de mobilizar as massas, já o LIVRE parece não ser o partido de “um homem só”. Outros trabalhos poderão ir além da análise partidária, de forma a trazer um conhecimento mais aprofundado do fenómeno

populista em todo o sistema político português. Para tal, poderia ser um contributo relevante analisar os programas do governo, bem como as ideias presidenciais que os candidatos a Belém apresentam aos eleitores. Parece também relevante abordar o fenómeno, não só em períodos de crises económicas e de momentos eleitorais, mas também as implicações ou a emergência do populismo em fases de profundas alterações sociais e políticas que possam ocorrer. Aos dias de hoje poderá ser relevante perceber como a pandemia do COVID-19 potenciou uma maior retórica e práticas populistas, ou se pelo contrário os partidos políticos portugueses optaram por um discurso menos populista. Como nos relata a literatura, as crises são muitas vezes oportunidades para os populistas politizarem o ressentimento social e fragilizar as instituições democráticas. Tendo em conta alguns sinais em Portugal, como o fim dos debates quinzenais, será que a pandemia do COVID-19 é a oportunidade para o discurso populista ganhar uma maior prevalência? Além do impacto na saúde pública é hoje reconhecido que esta pandemia tem um impacto social que pode ser transformador também na área política. Poderia ser um contributo relevante para o estudo do populismo em Portugal conjugar uma análise de conteúdo dos discursos e posições partidárias em relação aos estados de emergência que têm vindo a ser decretados, com a realização de estudos de opinião que possam identificar o tal gigante adormecido que Pedro Magalhães referia. Havendo uma perceção de aumento da polarização no discurso político, este poderia ser um contributo útil para perceber até que ponto esta polarização não está também a contagiar os partidos *mainstream* para uma deriva populista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abts, K. e S. Rummens (2007), *Populism versus Democracy*, *Political Studies*, 55, 405–424.
- Acemoglu, D., Egorov, G. e Sonin, K. (2011), *A Political Theory of Populism*, NBER Working Papers 17306, National Bureau of Economic Research, Inc.
- Accornero, G. e Pinto, P. R. (2015) *Mild mannered? Protest and mobilisation in Portugal under austerity, 2010–2013*, *West European Politics*, 38, 3, 491–515.
- Almeida, São José (2019), *Chega um partido populista de extrema-direita a Portugal*, Público, 26 de janeiro de 2019, <https://www.publico.pt/2019/01/26/politica/opiniao/cheга-partido-populista-extremadireita-portugal-1859410>.
- Akkerman, T. (2003), *Populism and Democracy: Challenge or Pathology?*, *Acta Politica*, 38, 147–159. doi:10.1057/palgrave.ap.5500021.
- Arditi, B. (2003) *Populism, or, politics at the edges of democracy*, *Contemporary Politics*, 9, 17-31.
- Aslanidis, P. (2016) *Is Populism an Ideology? A Refutation and a New Perspective*, *Political Studies* 2016, 64 (1S), 88–104.
- Aslanidis, P. (2017) *Populism and social movements*, in *The Oxford Handbook of Populism*, eds C. Rovira Kaltwasser, P. A. Taggart, P. Ochoa Espejo & P. Ostiguy, Oxford University Press, Oxford, 305–325.
- Bloco de Esquerda, BE (2019) *Programa Eleitoral, Legislativas 2019*, Bloco de Esquerda, Lisboa.
- Casal Bértoa, F. (2020): *Database on WHO GOVERNS in Europe and beyond*, PSGo. Available at: whogoverns.eu
- CDS-PP, (2019) *Programa Eleitoral, Legislativas 2019*, CDS-PP, Lisboa.
- CHEGA, (2019) *Programa político, Legislativas 2019*, CHEGA, Lisboa.
- Conselho de Ministros, 29 de setembro de 2010, *Principais Medidas para o Orçamento do Estado para 2011 e para reforço da execução orçamental de 2010*, Comunicado do Gabinete do Ministro das Finanças.
- Canovan, M. (1999) *Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy*, *Political Studies*, 47, 2-16.
- Costa Lobo (2019), *Da ausência do populismo*, *Expresso*, 26 de janeiro de 2019, <https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2413/html/revista-e/-e/A-procura-do-invisivel>
- De Giorgi, E. e Santana-Pereira, J. (2016), *The 2015 Portuguese legislative election: widening the coalitional space and bringing the extreme left in*, *South European Society and Politics*, 21, 4, 451–468.
- Diamond, L. (2015), *Facing up to the democratic recession*, *Jornal of Democracy*, 26, 1.
- Diário de Notícias (2019), *O populista André e o politicamente correto Ventura*, 2 de novembro <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/02-nov-2019/o-populista-andre-e-o-politicamente-correto-ventura-11463959.html>
- Di Tella, T. S. (1997) *Populism into the twenty-first century*, *Government and Opposition*, 32, 187-200.
- Eatwell, R. e Goodwin, M. (2019), *Populismo, A Revolta contra a Democracia Liberal*, Desassossego.
- Economics Intelligence Unit (2017) *Little space for populism in Portuguese politics*, available online at: <http://country.eiu.com/article.aspx?articleid=1095018493&Country=Portugal&topic=Politics&subtopic=Forecast&subsubtopic=Political+stability>
- Eichengreen, B. (2018), *The populist temptation: economic grievance and political reaction in the modern era*, Oxford University Press.
- Fernandes, J.M. e Magalhães, P.C. (2020), *The 2019 Portuguese general elections*, *West European Politics*, 43, 4, 1038-1050, DOI: 10.1080/01402382.2019.1702301.
- Freire, A., March, L. (2012), *A Esquerda Radical em Portugal e na Europa – Marxismo, Mainstream ou Marginalidade?*, Quidnovi
- Freire, A., Correia, A. e Tsatsanis, E. (2018) *Ideological and policy representation in Portugal, before and after the Great Recession, 2008-2017*, Paper presented at ECPR General Conference, in Hamburg, Germany.

- Geurkink, B., Zaslove, A., Sluiter, R. e Jacobs, K. (2019), *Populist Attitudes, Political Trust, and External Political Efficacy: Old Wine in New Bottles?*, *Political Studies*, 1-21.
- Gidron, N. e Bonikowski, B. (2013) *Varieties of Populism: Literature Review and Research Agenda*, Working Paper Series, Weatherhead Center for International Affairs, Harvard University, No.13-0004. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2459387>
- Gómez-Reino, M. e Plaza, C. (2016), *Populist Euroscepticism in the Iberian Peninsula*, Prepared for the ECPR General Conference. Prague, 7-9 September, 1-36.
- Hofstadter, R. (1966), *The paranoid style in American politics and Other Essays*, New York: Alfred A. Knopf.
- Hawkins, Kirk, Scott Riding, and Cas Mudde (2012). *Measuring Populist Attitudes*, C&M Working Paper (#55), available at http://works.bepress.com/cas_mudde/72/
- Hawkins, K.A. (2009), *Is Chávez Populist? Measuring Populist Discourse in Comparative Perspective*, *Comparative Political Studies*, 42(8): 1040–67.
- Hawkins, K.A. e Rovira Kaltwasser, C. (2017), *The Ideational Approach to Populism*, *Latin American Research Review*, 52(4), 513-528. DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.85>
- Hawkins K.A. e Rovira Kaltwasser C (2017b), *What the (Ideational) Study of Populism Can Teach Us, and What It Can't*, *Swiss Political Science Review*, 23(4), 526–542.
- Hawkins, K.A., Rovira Kaltwasser, C. & Andreadis, I. (2018), *The Activation of Populist Attitudes*, *Government and Opposition*, 0, 1–25 doi:10.1017/gov.2018.23
- Hawkins, K. A., Aguilar, R., Castanho Silva, B., Jenne, E. K., Kocijan, B., e Rovira Kaltwasser, C. (2019), *Measuring Populist Discourse: The Global Populism Database*. Paper presented at the 2019 EPSA Annual Conference in Belfast, UK, June 20-22.
- Hernandez, E. & Kriesi, H. (2014), *The electoral consequences of the financial and economic crisis in Europe*, European University Institute.
- Huber, R.A. e Schimpf, C.H., (2016), *A Drunken Guest in Europe? The Influence of Populist Radical Right Parties on Democratic Quality*, *Comparative Governance and Politics*, 10, 103-129.
- Hugo Marcos-Marne, Carolina Plaza-Colodro & Tina Freyburg (2020), *Who votes for new parties? Economic voting, political ideology and populist attitudes*, *West European Politics*, 43:1, 1-21, DOI: 10.1080/01402382.2019.1608752.
- Iniciativa Liberal (IL), (2019) *Compromisso Eleitoral, Legislativas 2019*, Iniciativa Liberal, Lisboa.
- Jagers, J., & Walgrave, S. (2007), *Populism as political communication style: An empirical study of political parties discourse in Belgium*, *European Journal of Political Research*, 46 (3), 319–345.
- Jalali, C. (2003), *A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspectivas futuras*, *Análise Social*, 167, 545-572.
- Jalali, C. (2017), *Partidos e Sistemas Partidários*, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Kriesi, H. (2014), *The Populist Challenge*, *West European Politics*, 37, 2, 361- 378.
- Kriesi, H. (2015), *Populism. Concepts and conditions for its rise in Europe*, *Comunicazione politica*
- Kriesi, H. e Pappas, T. S. (eds) (2015), *European Populism in the Shadow of the Great Recession*, ECPR Press, Colchester.
- LIVRE, (2019) *Programa às Eleições Legislativas de 2019*, LIVRE, Lisboa.
- Lisi, M. (2016), *U-Turn: The Portuguese Radical Left from Marginality to Government Support*, *South European Society and Politics*, DOI: 10.1080/13608746.2016.1225331
- Lisi, M. (2019), *Portugal: defeat for the right, challenges for the left*, Centro Italiano Studio Ellettorali, available online at: <https://cise.luiss.it/cise/2019/05/28/portugal-defeat-for-the-right-challenges-for-the-left/>
- Lisi, M. e Borghetto, E. (2019), *Populism, blame shifting and the crisis: discourse strategies in Portuguese political parties*, *South European Society and Politics*, DOI: 10.1080/13608746.2018.1558606
- Lisi, M., Llamazares, I. e Tsakatika, M. (2019), *Economic crisis and the variety of populist response: evidence from Greece, Portugal and Spain*, *West European Politics*, 42, 6, 1284-1309, DOI: 10.1080/01402382.2019.1596695
- Magalhães, P. (2019), *Populismo em Portugal: um gigante adormecido*, *Expresso*, 1 de junho.
- Mair, P. (2003), *Os partidos e a democracia*, *Análise Social*, XXXVIII (167), 277-293.
- Manucci, L. e Weber, E. (2017) *Why the big picture matters: political and media populism in Western Europe since the 1970s*, *Swiss Political Science Review*, 23, 4, 313–334.

- Marchi, R. (2019), *Um olhar exploratório sobre o partido Chega*, Observador, <https://observador.pt/opiniao/um-olhar-exploratorio-sobre-o-partido-chega/>
- Marchi, R. (2020), *A Nova Direita Anti-Sistema. O caso do CHEGA*, Edições 70.
- Meijers, Maurits J. e Andrej Zaslove (2020), *Measuring Populism in Political Parties, Appraisal of a New Approach*, *Comparative Political Studies*, 1-36.
- Mouffe, C. (2019), *Por um Populismo de Esquerda*, Gradiva.
- Moffitt, B., e Tormey, S. (2014), *Rethinking populism: Politics, mediatization and political style*, *Political Studies*, 62 (2), 381–397.
- Mudde, C. (2004), *The populist zeitgeist*, *Government and Opposition*, 39, 4, 541–563.
- Mudde, C. (2008), *The Populist Radical Right: a Pathological Normalcy*, Malmö Institute for Studies of Migration, Diversity and Welfare (MIM) and Department of International Migration and Ethnic Relations (IMER) Malmö University.
- Mudde, C. e Rovira Kaltwasser, C. (2013), *Exclusionary vs inclusionary populism: comparing contemporary Europe and Latin America*, *Government and Opposition*, 48, 2, 147–174.
- Mudde, C., e Rovira Kaltwasser, C. (2017), *Populismo, Uma brevíssima introdução*, Gradiva.
- Mudde, C. e Rovira Kaltwasser, C. (2018) *Studying populism in comparative perspective: reflections on the contemporary and future research agenda*, *Comparative Political Studies*, 51, 13, 1667–1693.
- Müller, JW. (2017), *O que é o populismo?*, Lisboa: Texto Editores.
- Norris, P. (2020), *Measuring Populism Worldwide*, Harvard University.
- Pappas, T. S. (2012), *Populism Emergent: A Framework for Analyzing its Contexts, Mechanics, and Outcomes*, Robert Schuman Centre for Advanced Studies.
- Pappas, T. S. (2016), *Modern Populism: Research Advances, Conceptual and Methodological Pitfalls, and the Minimal Definition*, *Oxford Research Encyclopedia of Politics*, Oxford University Press.
- Pereira Coutinho, L., (2019), *CHEGA de quê?*, Expresso, 31 de outubro de 2019, <https://expresso.pt/opiniao/2019-10-31-CHEGA-de-que->
- PEV, (2019) *Compromissos Eleitorais, Legislativas 2019*, PEV, Lisboa.
- Politico.com (2016), *Why Portugal has become an oasis of stability*, Available online at: <https://www.politico.eu/article/why-portugal-has-become-europes-oasis-of-stability-antonio-costa-prime-minister/>
- PS, (2019), *Programa Eleitoral, Legislativas 2019*, PS, Lisboa.
- PSD, (2019), *Programa Eleitoral, Legislativas 2019*, PSD, Lisboa.
- Raimundo, F. e Pinto, A.C. (2014), *When parties Succeed: Party System (In)Stability and the 2008 Financial Crisis in Portugal*, An earlier version of this paper was presented at the Workshop “Political Change and the GIIPS” at the European University Institute, Florence, 11-12 June 2013.
- Ramiro, L., e Gómez, R. (2016), *Radical-left populism during the great recession: Podemos and its competition with the established radical left*, *Political Studies*, 65, 1S, 108–126.
- Rooduijn, M. (2014), *The Nucleus of Populism: In Search of the Lowest Common Denominator*, *Government and Opposition*, 49(4), 573-599. <https://doi.org/10.1017/gov.2013.30>
- Revista Sábado (2019), *Chega: extrema-direita ou populismo de direita radical?*, 14 de outubro, <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/chega-extrema-direita-ou-populismo-de-direita-radical>
- Roberts, K.M. (2006), *Populism, Political Conflict, and Grass-Roots Organizations in Latin America. A Comparison of Fujimori and Chávez*, University of New Mexico.
- Rooduijn, M. e Akkerman, T. (2015), *Flank attacks. Populism and left-right radicalism in Western Europe*, *Party Politics*, 23(3), 193-204.
- Salgado, S. (2018), *Where’s populism? Online media and the diffusion of populist discourses and styles in Portugal*, *European Political Science*. doi:10.1057/s41304-017-0137-4.
- Salgado, S. e Zúquete, J.P. (2017), *Portugal- Discreet Populisms Amid Unfavorable Contexts and Stigmatization*, *Populist Political Communication in Europe*, ed. T. Aalberg, F. Esser, C. Reinemann, J. Stromback, and C. Vreese, 235–248.
- Santana Pereira, J. (2016), *A esquerda radical no período pós-2009: nada de (muito) novo em Portugal?*, *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 9, 1.
- Sartori, G. (1970), *Concept Misformation in Comparative Politics*, *American Political Science Review*, LXIV(4): 1033–1053.

- Silva, F. C. da e S. Salgado (2018), *Why no populism in Portugal?*, In *Changing Societies: Legacies and Challenges*. Vol. ii. *Citizenship in Crisis*, eds. M. C. Lobo, F. C. da Silva and J. P. Zúquete. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais, 249-268. <https://doi.org/10.31447/ics9789726715047.10>
- Schmitter, P.C. (2019), *The Vices and Virtues of “Populisms”*, *Sociologica*, 13, 1
- Taggart, P. e Rovira Kaltwasser, C. (2016), *Dealing with populists in government: some comparative conclusions*, *Democratization*, 23:2, 345-365, DOI: 10.1080/13510347.2015.1076230
- Taguieff, P.-A. (1995), *Political Science Confronts Populism: From a Conceptual Mirage to a Real Problem*, *Telos* March 20, 9-43.
- Taguieff, P.-A. (1997), *Populism and Political Science: From Conceptual Illusions to Real Problems*, *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*, 56, 4, 4-33.
- Tulia G. Falleti and Julia F. Lynch. (2009), *Context and Causal Mechanisms in Political Analysis*, *Comparative Political Studies*, 42, 9, 1143-66.
- Ucen, P. (2007), *Parties, Populism, and Anti-Establishment Politics in East Central Europe*, *SAIS Review*, 27, 1, 49-62.
- Urbinati, N. (2013), *The Populist Phenomenon*, *Presses de Sciences Po*, 51, 137-154.
- Urbinati, N. (2019), *Political Theory of Populism*, *Annual Review of Political Science*, vol. 22.
- van Kessel, S. (2015), *Populist Parties in Europe. Agents of Discontent?*, Palgrave MacMillan, Basingstoke.
- Waisbord, S. (2018), *Why Populism is Troubling for Democratic Communication*, *Communication Culture & Critique*, 11, 21–34.
- Weyland, K. (2001), *Clarifying a Contested Concept: Populism in the Study of Latin American Politics*, *Comparative Politics* 34 (1):1-22. <http://www.jstor.org/stable/422412>
- Woods, D. (2014), *The Many Faces of Populism: Diverse but not Disparate In The Many Faces of Populism: Current Perspectives*, Published online: 19 Sep 2014; 1-25. Permanent link to this document: http://dx.doi.org/10.1108/S0895-9935_2014_0000022001
- Yascha Mounk, (2019), *Povo vs. Democracia. Saiba porque a nossa liberdade está em perigo e como a podemos salvar*, *Lua de Papel*